



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Data de Abertura: 22/06/2026 às 09h:00min

Site: www.licitanet.com.br (Sistema do Licitanet)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA, compreendendo o fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final das estruturas disponibilizadas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 585.074,64 (quinhentos e oitenta e cinco mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL
Participação de empresas ME/EPP		Reserva Cota ME/EPP	Exige Amostra
Sim		Não	Não

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro

OBSERVAÇÕES GERAIS

A disputa dar-se-á pelo ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO estabelecido no Termo de Referência.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Até 17/06/2026 para o endereço licitacao@cairu.ba.gov.br

IMPUGNAÇÕES

Até 17/06/2026 para o endereço licitacao@cairu.ba.gov.br

CARLOS BENEDITO GUIMARÃES DA SILVA

Pregoeiro

Decreto Nº 3.321, 13 de Novembro de 2025.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	REFERÊNCIA DE TEMPO	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9.	DOS RECURSOS	12
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	14
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

EDITAL Nº 023/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 338/2026

O Município de Cairu, por intermédio do Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 3.321, datado de 13 de novembro de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Acolhimento das propostas de preços: das 08h:00min do dia 09/06/2026 até as 08h:59min do dia 22/06/2026 (horário de Brasília).

Data da Abertura das propostas: Às 09h00min do dia 22/06/2026

Data da disputa de preços: 22/06/2026 HORÁRIO: 09h10min (horário de Brasília).

Local: www.licitanet.com.br.

Pregoeiro: Carlos Benedito Guimarães da Silva

E-mail: licitacao@cairu.ba.gov.br

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA, compreendendo o fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final das estruturas disponibilizadas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável.

2. REFERÊNCIA DE TEMPO

2.1. Todas as referências de tempo deste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.2. Os interessados deverão observar rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e abertura da proposta, como também para o horário de início da disputa.

2.3. O horário limite a ser computado para recebimento de documentos solicitados pelo pregoeiro será o comercial (de 08h00min às 17h00min).

2.4. Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou qualquer outro fato superveniente, que impeça a realização da licitação, será reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para a divulgação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet (www.licitanet.com.br)

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.11. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Cairu, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.6.12. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.6.13. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.6.14. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.6.15. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou liquidação, recuperação extrajudicial, falência, sob concurso de credores, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.6.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.6.17. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração suspensos ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.1 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.2 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.3 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor Unitário de cada item que compõe o Lote.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Edital.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar na sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Lote.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.01 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.02 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.03 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.04 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.01 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.02 empresas brasileiras;
- 6.21.2.03 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.04 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1 Tratando-se de licitação em grupo ou Lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos, indicados neste edital, como critério de aceitabilidade.
- 6.22.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

6.22.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2 SICAF;

7.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 deste edital.

7.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8 Será desclassificada a proposta provisoriamente classificada como vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8.6 não apresentar a proposta readequada ao lance final, no prazo disponibilizado no sistema pelo Pregoeiro.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.01 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.02 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autêntica.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do www.licitanet.com.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

10.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, seja por e-mail: licitacao@cairu.ba.gov.br ou por meio da Plataforma no sítio www.licitanet.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Licitanet.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do município, www.cairu.ba.gov.br.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.13. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço
- 12.14. ANEXO VIII - Minuta de Contrato

Cairu, Ba, 08 de junho de 2026

Eloi Alves Borges Neto
Secretaria Especial de Morro de São Paulo



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL Nº 023/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 338/2026**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Em papel timbrado da licitante)

À,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

Portanto, oferecemos a esse Órgão o preço a seguir indicado, para a realização dos fornecimentos descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

1 - PROPOSTA DE PREÇOS:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total Mensal (R\$)
1	Pedestal organizador de fila + Cordão para isolamento de fila (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	50	R\$ 25,33	R\$ 1.266,50
2	Climatizador de ar tipo turbo (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	04	R\$ 814,00	R\$ 3.256,00
3	Módulo de banheiro hidráulico climatizado (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	02	R\$ 8.886,00	R\$ 17.772,00
4	Toldo com estrutura metálica, dimensões aproximadas de 30 m x 7 m (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 18.750,00	R\$ 18.750,00
5	Tenda piramidal 8 m x 4 m completa, com lona e estrutura galvanizada (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 4.170,05	R\$ 4.170,05
6	Módulo operacional modular ou contêiner adaptado, dimensões aproximadas de 6 m x 3 m, área aproximada de 18 m² (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 3.541,67	R\$ 3.541,67
TOTAL GERAL MENSAL (R\$)					R\$ 48.756,22

Valor total mensal de **R\$ 48.756,22** (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos), perfazendo, para o futuro contrato, o valor total anual de **R\$ 585.074,64** (quinhentos e oitenta e cinco mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

OBS: OS VALORES ACIMA, REFEREM-SE AOS VALORES REFERENCIAIS DA PREFEITURA, CONFORME PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO DEMONSTRADA NO ANEXO VI DO TEMA DE REFERÊNCIA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:

- a) a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b) o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão Incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

3 - PELO PRESENTE TERMO DECLARAMOS E GARANTIMOS QUE:

- a) examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciaremos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b) cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c) em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;
- d) informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- a) O prazo para pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, ou no prazo previsto no edital, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

5 - OS DADOS DA NOSSA EMPRESA SÃO:

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Inscrição Estadual nº: _____;
- d) Endereço: _____;
- e) Fone: _____ Fax (se houver): _____;
- f) CEP: _____; e
- g) Cidade: _____ Estado: _____;
- h) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____.
- i) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

CAIRU/BA, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL Nº 023/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 338/2026**

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAIRU, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 30.530.137/0001-19, sito à Praça Marechal Deodoro, nº. 03, Centro, representado neste ato, nos termos do Decreto Municipal -Nº 702, de 06 de agosto de 2021 pelo Secretário Especial do Morro de São Paulo, Senhor, **xxxxxxxxxxxxx**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº xx.xxx.xxx-x, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº xxx.xxx.xxx-xx.

CONTRATADA: empresa, situada à, inscrita no CNPJ sob o nº., inscrição estadual sob o nº. e inscrição municipal sob o nº.

REPRESENTANTES LEGAIS: Senhor(a). xxxxxxxxxxxx, portador(a) do documento de identidade nºxxxxxxxxxxxxx, emitido pela xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA, compreendendo o fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final das estruturas disponibilizadas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável.

1.2. A contratação abrangerá os itens, quantitativos, especificações técnicas, condições de execução, prazos, critérios de medição e demais obrigações previstas no Termo de Referência, no edital, na proposta da contratada e nos demais anexos do processo.

1.3. A contratação não compreende a cobrança da TUPA, a operação do sistema de arrecadação, a fiscalização de usuários, a gestão ativa das filas ou qualquer atividade típica de competência administrativa do Município, limitando-se à disponibilização e manutenção da infraestrutura física e operacional de apoio.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 338/2026, datado de 03/06/2026 relativo à Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026, realizada de forma ELETRÔNICA, no sistema LICITANET, fundamentada no artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores

1.4.2. O Termo de Referência;

1.4.3. O Edital da Licitação Nº 023/2026;

1.4.4. A Proposta do contratado;

1.4.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, conforme definido pela Administração.

2.2. Por se tratar de serviço continuado, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a permanência da necessidade pública, a vantajosidade da prorrogação, a disponibilidade orçamentária e a regular execução contratual.

2.3. A prorrogação dependerá de manifestação formal da Administração e celebração de termo aditivo, salvo hipóteses legais de apostilamento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com a proposta da CONTRATADA, com as ordens de serviço emitidas pela Administração e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

3.2. A execução do objeto ocorrerá mediante prestação de serviço continuado de locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da TUPA, compreendendo fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final.

3.3. A execução contratual será orientada pela disponibilidade funcional da solução, de modo que a obrigação da CONTRATADA não se limita à entrega ou instalação inicial dos itens, abrangendo também sua manutenção em condições adequadas de uso, funcionamento, segurança, higiene, conservação e estabilidade durante toda a vigência contratual.

3.4. A execução será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, na qual serão indicados os locais de instalação, os itens a serem disponibilizados, os prazos aplicáveis e as orientações operacionais necessárias à implantação da solução.

3.5. A CONTRATADA deverá observar, na execução do objeto, as especificações técnicas, os prazos de implantação, as condições de manutenção, os critérios de higienização, as regras de substituição de itens e as demais exigências previstas no Termo de Referência.

3.6. A montagem do toldo com estrutura metálica somente poderá ser iniciada após a apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, Registro de Responsabilidade Técnica — RRT ou documento equivalente admitido pelo conselho profissional competente, quando exigível, emitido por profissional legalmente habilitado.

3.7. A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo relacionamento com a Administração, com poderes para receber comunicações, responder solicitações, acompanhar vistorias e adotar providências necessárias à regular execução do contrato.

3.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar a conformidade da execução com o contrato, o edital, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA e as ordens de serviço expedidas.

3.9. Compete à fiscalização contratual, sem prejuízo de outras atribuições previstas no Termo de Referência ou em ato de designação:

- a) verificar a instalação, conservação, funcionamento, segurança e disponibilidade dos itens locados;
- b) acompanhar a realização das manutenções preventivas e corretivas;
- c) verificar as condições de higiene, salubridade e funcionamento dos módulos sanitários;
- d) registrar falhas, atrasos, desconformidades ou indisponibilidades da solução;
- e) solicitar correções, substituições, ajustes ou providências necessárias à regular execução do objeto;
- f) subsidiar o gestor do contrato quanto ao atesto da execução, glosas, notificações, sanções, alterações, prorrogações e encerramento contratual.

3.10. O gestor do contrato coordenará as atividades de acompanhamento e fiscalização, adotando as providências necessárias à regular execução contratual, inclusive quanto à análise de solicitações da CONTRATADA, encaminhamento de pagamentos, instrução de eventuais alterações, prorrogações, glosas, sanções ou demais medidas administrativas cabíveis.

3.11. As ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas pela fiscalização, especialmente quando envolverem ausência de item, mau funcionamento, deficiência de manutenção, falha de higienização, risco à segurança dos usuários, descumprimento de prazo ou desconformidade com as especificações contratadas.

3.12. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela segurança das estruturas, pela funcionalidade dos equipamentos, pela higiene dos módulos sanitários e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

3.13. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual por determinação da Administração, caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente reconhecido, o cronograma de execução poderá ser ajustado pelo período correspondente, mediante registro formal nos autos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível.

3.14. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a execução realizada em desacordo com o contrato, o Termo de Referência ou a proposta da CONTRATADA, determinando a correção, substituição, adequação ou refazimento necessário, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias ou especializadas, desde que prevista no edital, previamente autorizada pela Administração e sem transferência da responsabilidade integral da contratada.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 4.2. A subcontratação poderá abranger atividades como transporte, logística marítima, montagem, manutenção, higienização ou apoio técnico especializado.
- 4.3. A subcontratação não afastará a responsabilidade da contratada principal pela qualidade, segurança, conformidade técnica, prazos, manutenção, desmobilização e integral execução do objeto.
- 4.4. Não será admitida subcontratação integral do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento
- 6.2. O pagamento será efetivado após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo Fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade da CONTRATADA, mediante consulta das Certidões que atestam a Regularidade Fiscal, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais.
- 6.3. Os respectivos documentos de consulta e às demais certidões deverão ser anexados ao processo de pagamento.
- 6.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE
- 6.5. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.
- 6.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da contratação, observada a legislação aplicável.
- 7.2. Para fins deste contrato, considera-se como data-base do orçamento estimado a data de elaboração do Relatório de Pesquisa de Preço de Mercado nº 041/2026, qual seja, 01 de junho de 2026, salvo se o edital estabelecer marco diverso.
- 7.3. O reajuste será calculado pela variação acumulada do INPC/IBGE — Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondente ao período de 12 (doze) meses, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$PR = P + (P \times V)$$

Onde:

PR = preço reajustado;

P = preço atual do contrato;

V = variação percentual acumulada do índice no período de referência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

7.4. O reajuste incidirá sobre os valores ainda não reajustados e somente produzirá efeitos para as parcelas executadas após o implemento do interregno mínimo legal, vedada a aplicação retroativa sobre períodos já atingidos por preclusão ou expressamente quitados sem ressalva, quando cabível.

7.5. A CONTRATADA deverá solicitar formalmente o reajuste, apresentando a memória de cálculo correspondente, com indicação do índice aplicado, período de apuração e valor reajustado.

7.6. reajuste será formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, desde que não haja alteração de outras cláusulas contratuais.

7.7. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste antes da prorrogação contratual ou antes do encerramento do contrato, poderá ocorrer a preclusão do direito ao reajustamento relativo ao período anterior, salvo disposição diversa prevista no edital ou entendimento formal da Administração.

7.8. Na hipótese de extinção, substituição ou impossibilidade de utilização do índice previsto nesta cláusula, a Administração adotará outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos relacionados à natureza do objeto contratado.

7.9. O reajuste não se confunde com reequilíbrio econômico-financeiro, o qual dependerá da demonstração de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Emitir a Ordem de Serviço necessária ao início da execução contratual, indicando os locais de instalação, os itens a serem disponibilizados, os prazos aplicáveis e as orientações operacionais pertinentes.

8.2. Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias à correta execução do objeto, especialmente quanto aos pontos de apoio à cobrança da TUPA, condições de acesso, fluxo de usuários, horários recomendados para montagem, manutenção ou desmobilização e demais aspectos operacionais relevantes.

8.3. Indicar, quando necessário, os locais exatos para instalação das estruturas, equipamentos, módulos sanitários e módulo operacional, observadas as condições físicas, logísticas, urbanísticas e administrativas pertinentes.

8.4. Designar gestor e fiscal(is) do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, registro de ocorrências, medição e atesto da execução contratual.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da solução disponibilizada com o edital, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, este contrato e as ordens de serviço emitidas.

8.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito ou por meio eletrônico idôneo, sobre falhas, atrasos, desconformidades, ausência de manutenção, deficiência de higienização, indisponibilidade de item ou qualquer irregularidade verificada durante a execução contratual.

8.7. Conceder prazo razoável para correção de falhas, substituição de itens ou adoção de providências pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de glosas ou sanções quando cabíveis.

8.8. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução realizada em desacordo com as especificações contratuais, determinando a correção, adequação, substituição ou refazimento necessário, sem ônus adicional para a Administração.

8.9. Realizar a medição mensal da execução contratual, observando a efetiva disponibilização funcional dos itens, a regularidade da manutenção, as condições de higiene, segurança, conservação e funcionamento da solução.

8.10. Atestar a execução contratual quando verificada a conformidade do objeto, ou registrar as pendências que impeçam o atesto integral.

8.11. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após regular liquidação da despesa, atesto da fiscalização e inexistência de pendências impeditivas, observadas as condições previstas neste contrato.

8.12. Aplicar, quando cabível, glosas proporcionais em razão de execução parcial, inadequada, desconforme ou indisponibilidade funcional da solução contratada.

8.13. Responder às solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da data do protocolo do requerimento devidamente instruído, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou que dependam de diligências complementares.

8.14. Responder aos pedidos de reajuste, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou recomposição de preços no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da apresentação do requerimento devidamente instruído com documentos comprobatórios, podendo o prazo ser prorrogado, de forma motivada, quando a complexidade da análise exigir diligências técnicas, contábeis, jurídicas ou administrativas adicionais.

8.15. Assegurar à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos procedimentos administrativos que possam resultar em aplicação de sanções, glosas relevantes, extinção contratual ou outras medidas que afetem seus direitos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

8.16. Adotar as providências administrativas necessárias à formalização de alterações, prorrogações, apostilamentos, reajustes, sanções, extinção contratual e demais atos decorrentes da execução do contrato, quando cabíveis.

8.17. Providenciar a publicação e divulgação dos atos contratuais nos meios oficiais exigidos pela legislação aplicável.

8.18. Permitir o acesso da CONTRATADA aos locais de execução, nos limites necessários à implantação, manutenção, substituição e desmobilização dos itens, sem prejuízo das regras de segurança, circulação e funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da TUPA.

8.19. Comunicar à CONTRATADA, sempre que possível com antecedência razoável, a ocorrência de fatos administrativos, operacionais ou supervenientes que possam interferir na execução contratual.

8.20. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, o Termo de Referência, o edital e a proposta apresentada.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Executar o objeto em conformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta apresentada, este contrato, as ordens de serviço emitidas pela Administração e demais documentos que integram o processo de contratação.

9.2. Disponibilizar, em regime de locação integrada, as estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da TUPA, compreendendo fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, carga, descarga, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição, desinstalação e desmobilização final.

9.3. Assumir integral responsabilidade pela funcionalidade da solução contratada durante toda a vigência contratual, mantendo os itens locados em condições adequadas de uso, funcionamento, segurança, estabilidade, higiene, conservação e conformidade com as especificações técnicas.

9.4. Providenciar, às suas expensas, todos os meios necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, transporte, logística, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos diretos ou indiretos.

9.5. Cumprir os prazos de mobilização, instalação, manutenção, substituição e desmobilização previstos no Termo de Referência, no contrato e nas ordens de serviço emitidas pela Administração.

9.6. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos itens locados, promovendo a substituição dos bens defeituosos, danificados, inseguros ou inadequados no prazo previsto no Termo de Referência, especialmente quando houver comprometimento da segurança, da higiene ou da disponibilidade funcional da solução.

9.7. Garantir o funcionamento adequado dos climatizadores, estruturas de cobertura, pedestais, cordões, tendas, toldo, módulos sanitários e módulo operacional, realizando os ajustes, reparos ou substituições necessários sempre que constatada falha ou desconformidade.

9.8. Apresentar, antes do início da montagem do toldo com estrutura metálica, a respectiva ART, RRT ou documento técnico equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado junto ao conselho profissional competente, contemplando a atividade técnica relacionada à montagem, instalação, estabilidade, segurança e desmontagem da estrutura.

9.9. Manter responsável técnico habilitado para acompanhar a montagem, instalação, verificação de estabilidade, segurança e desmontagem do toldo com estrutura metálica, quando exigível pela natureza da atividade.

9.10. Indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo relacionamento com a Administração, com poderes para receber comunicações, responder solicitações, acompanhar vistorias e providenciar as correções determinadas pela fiscalização.

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, a segurança dos usuários, a estabilidade das estruturas, o funcionamento dos equipamentos ou a continuidade da solução contratada.

9.12. Atender prontamente às determinações da fiscalização contratual, promovendo as correções, adequações, substituições ou reparos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

9.13. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração, aos usuários, a terceiros ou ao espaço público, quando decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos, representantes ou eventuais subcontratados.

9.14. Adotar medidas de segurança durante as atividades de transporte, montagem, instalação, manutenção, higienização, substituição, desinstalação e desmobilização, observando as normas técnicas aplicáveis e utilizando os equipamentos de proteção necessários.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 9.15. Preservar a circulação de usuários, turistas, moradores, servidores e agentes públicos nos locais de execução, realizando intervenções de forma organizada, segura e, sempre que possível, em horários de menor fluxo.
- 9.16. Não executar atividade de cobrança da TUPA, operação do sistema de arrecadação, fiscalização de usuários, controle administrativo de acesso ou gestão ativa do atendimento, limitando-se à disponibilização e manutenção da infraestrutura contratada.
- 9.17. Não transferir a terceiros a execução integral do objeto, admitida subcontratação parcial apenas quando prevista no edital, autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA.
- 9.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.19. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicáveis, nos termos da legislação vigente e do art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.20. Apresentar, sempre que solicitado pela Administração, documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos necessários à regular execução contratual.
- 9.21. Manter sigilo sobre informações, dados, documentos ou rotinas administrativas a que eventualmente tenha acesso em razão da execução contratual, vedada sua utilização para finalidade diversa da execução do objeto.
- 9.22. Retirar, ao final da vigência contratual ou quando determinado pela Administração, todos os itens locados, resíduos, materiais, estruturas e componentes utilizados na execução, deixando os locais em condições adequadas de limpeza e segurança.
- 9.23. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, falhas de funcionamento ou desconformidades com as especificações contratadas.
- 9.24. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, respondendo pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das glosas, sanções administrativas e demais medidas cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática, pela CONTRATADA, de qualquer das seguintes condutas:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar documentação exigida para a execução contratual;
- 11.1.5. não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 11.1.7. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.8. praticar ato fraudulento na execução contratual;
- 11.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- 11.1.11. descumprir obrigação contratual, editalícia ou prevista no Termo de Referência, especialmente quando relacionada à instalação, manutenção, higienização, substituição, segurança, estabilidade ou disponibilidade funcional dos itens locados.

11.2. Para fins deste contrato, também poderão caracterizar infração administrativa, conforme a gravidade do caso concreto:

- 11.2.1. atrasar injustificadamente a mobilização, montagem ou instalação dos itens contratados;
- 11.2.2. deixar de manter os itens locados em condições adequadas de uso, funcionamento, conservação, higiene, segurança e estabilidade;
- 11.2.3. deixar de realizar manutenção preventiva ou corretiva nos prazos previstos;
- 11.2.4. deixar de substituir item defeituoso, danificado, inseguro ou inadequado no prazo definido no Termo de Referência;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 11.2.5. disponibilizar estrutura, equipamento ou módulo em desacordo com as especificações técnicas contratadas;
- 11.2.6. manter módulo sanitário sem condições adequadas de limpeza, salubridade, funcionamento ou abastecimento de insumos, quando aplicável;
- 11.2.7. iniciar a montagem do toldo com estrutura metálica sem apresentação prévia da ART, RRT ou documento técnico equivalente, quando exigível;
- 11.2.8. causar dano ao espaço público, a bens da Administração, a usuários ou a terceiros em razão da execução contratual;
- 11.2.9. descumprir determinação formal da fiscalização contratual;
- 11.2.10. deixar de realizar a desinstalação, retirada, limpeza ou desmobilização final das estruturas ao término da execução contratual.
- 11.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que a conduta não justificar penalidade mais grave.
- 11.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados os seguintes parâmetros:
- 11.5.1. multa moratória de 0,5% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual, limitada a 30 dias;
- 11.5.2. multa compensatória de até 20% do valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;
- 11.5.3. multa compensatória de até 20% do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do item afetado, em caso de inexecução parcial, execução defeituosa, indisponibilidade funcional, descumprimento de prazo de manutenção ou substituição, ou execução em desconformidade com as especificações contratadas.
- 11.6. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, o dano causado à Administração, o impacto sobre o atendimento ao público, o período de indisponibilidade da solução, a reincidência da CONTRATADA e as providências adotadas para correção da falha.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada quando a CONTRATADA praticar infrações que justifiquem penalidade superior à advertência, impedindo-a de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- 11.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses de maior gravidade, especialmente quando houver apresentação de documentação falsa, fraude na execução contratual, comportamento inidôneo, prática de ato lesivo à Administração Pública ou infração que justifique penalidade mais severa, observados os prazos e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 11.9. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, da garantia contratual, quando existente, ou cobradas administrativa ou judicialmente.
- 11.10. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração, aos usuários, a terceiros ou ao espaço público.
- 11.11. A apuração das infrações administrativas observará o devido processo legal, com instauração de procedimento próprio, intimação da CONTRATADA, concessão de prazo para apresentação de defesa e produção de provas, quando cabível.
- 11.12. Na aplicação das sanções, a Administração considerará:
- a) a natureza e a gravidade da infração;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos causados à Administração ou a terceiros;
 - e) o impacto da falha sobre a finalidade da contratação;
 - f) a reincidência da CONTRATADA;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- g) a adoção de medidas corretivas ou preventivas;
h) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

11.13. O atraso superior a 30 dias, sem justificativa aceita pela Administração, poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, conforme a extensão da obrigação inadimplida, autorizando a adoção das medidas sancionatórias e rescisórias cabíveis.

11.14. A aplicação de sanção administrativa não impede a realização de glosa proporcional do pagamento quando verificada execução parcial, defeituosa, insuficiente ou indisponibilidade funcional da solução contratada.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais aplicáveis, no edital, no Termo de Referência, na proposta da contratada e nos princípios que regem as contratações públicas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cairu- Bahia, xxxx de xxxxx de 2026

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº: XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº: XXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA, compreendendo o fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final das estruturas disponibilizadas.

A contratação destina-se à melhoria das condições físicas, operacionais e organizacionais dos pontos de apoio à cobrança da TUPA, abrangendo:

- a) **Morro de São Paulo:** disponibilização de estruturas e equipamentos destinados à organização do fluxo de usuários, proteção contra intempéries, conforto térmico, apoio sanitário e melhoria das condições de permanência e atendimento na área de chegada e cobrança da TUPA;
- b) **Comunidade de Gamboa:** disponibilização de módulo operacional modular ou contêiner adaptado, com área aproximada de 18 m², destinado ao suporte das atividades de atendimento, apoio administrativo e funcionamento da cobrança da TUPA na localidade.


A solução deverá ser disponibilizada em regime de locação, com responsabilidade da contratada pela manutenção da funcionalidade, conservação, segurança, estabilidade e disponibilidade dos bens e estruturas durante toda a vigência contratual, não se restringindo à mera entrega formal dos itens.

A contratação não compreenderá a gestão ativa das filas, o controle operacional do atendimento, a cobrança direta da tarifa, a operação do sistema de arrecadação, a fiscalização de usuários ou qualquer atividade típica de competência administrativa do Município, limitando-se à disponibilização da infraestrutura física e operacional necessária ao adequado funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da TUPA.

1.1. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

A solução a ser contratada deverá contemplar a disponibilização, em regime de locação integrada, dos itens abaixo descritos, incluindo fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de itens defeituosos, higienização, conservação, desinstalação e desmobilização final, conforme as características técnicas mínimas indicadas neste Termo de Referência.

As especificações a seguir têm por finalidade assegurar padrão mínimo de desempenho, segurança, funcionalidade, durabilidade, resistência ao uso contínuo e compatibilidade com o ambiente litorâneo e turístico do Município de Cairu, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com a finalidade pública da contratação e aceitas pela fiscalização contratual.

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Ilustração
1	Pedestal organizador de fila + Cordão para isolamento de fila (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	50 unidades	

Prefeitura de Cairu

Praça Manuel Veiga Peleteiro, nº 03 – Complexo Administrativo Raul Figueiredo Miranda,


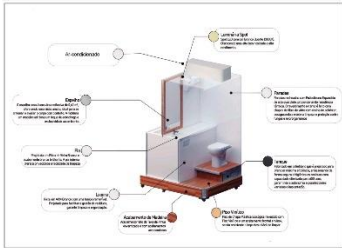

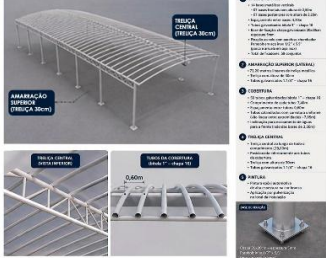


1º andar – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br Email: seduc@cairu.ba.gov.br

CNPJ: 14.235.907/0001-44 - Telefone: (75) 99838-8985 / 99830-0747



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

2	Climatizador de ar tipo turbo (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	04 unidades	
3	Módulo de banheiro hidráulico climatizado (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	02 unidades	 
4	Toldo com estrutura metálica, dimensões aproximadas de 30 m x 7 m (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	01 unidade	 
5	Tenda piramidal 8 m x 4 m completa, com lona e estrutura galvanizada (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	01 unidade	
6	Módulo operacional modular ou contêiner adaptado, dimensões aproximadas de 6 m x 3 m, área aproximada de 18 m² (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	01 unidade	

1.1.1. Itens que compõem a solução e especificações técnicas mínimas

Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo e foram definidos a partir da necessidade administrativa identificada no Documento de Formalização da Demanda e aprofundada no Estudo Técnico Preliminar.

A natureza do objeto é de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização de bens em regime de locação e execução de serviços acessórios indispensáveis à instalação, manutenção, higienização, conservação e desmobilização da infraestrutura contratada.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

O prazo de vigência contratual será definido em item próprio deste Termo de Referência, admitida a prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a permanência da necessidade pública, a vantajosidade da continuidade contratual e a regular execução do objeto pela contratada.

Especificações do Item 01 — Pedestal organizador de fila + Cordão para isolamento de fila

Quantidade estimada: 50 unidades.

Disponibilização de pedestal organizador de fila, destinado ao controle, delimitação e direcionamento do fluxo de usuários no ponto de cobrança da TUPA, com as seguintes características mínimas:

- a) estrutura em madeira maciça tipo pau d'arco, ou material equivalente em resistência, estabilidade, acabamento e compatibilidade estética com o ambiente de implantação;
- b) tratamento contra umidade, pragas e desgaste natural;
- c) acabamento envernizado de alto brilho ou acetinado, com proteção contra riscos e intempéries;
- d) altura total aproximada de 75 cm;
- e) haste com altura aproximada de 70 cm e diâmetro aproximado de 8 cm, garantindo robustez e estabilidade;
- f) base circular com altura aproximada de 5 cm e diâmetro aproximado de 30 cm, com peso suficiente para evitar tombamento em condições normais de uso;
- g) sistema de fixação firme entre base e haste;
- h) 02 argolas superiores confeccionadas em aço inoxidável AISI 304, ou material equivalente resistente à corrosão, fixadas de forma segura;
- i) acabamento sem rebarbas, lascas, imperfeições aparentes ou elementos que possam oferecer risco aos usuários.
- j) corda trançada em fibra natural de sisal, ou material equivalente em resistência, flexibilidade e acabamento;
- k) alta resistência mecânica, compatível com uso contínuo em ambiente de grande circulação de pessoas;
- l) cor natural uniforme;
- m) diâmetro aproximado de 10 cm;
- n) comprimento aproximado de 1,50 m;
- o) flexibilidade adequada, sem deformações permanentes em condições normais de uso;
- p) 02 ganchos metálicos nas extremidades, confeccionados em aço inoxidável AISI 304, ou material equivalente resistente à corrosão;
- q) sistema de engate rápido compatível com as argolas dos pedestais;
- r) fixação firme dos ganchos, de modo a evitar desprendimento durante o uso;
- s) acabamento resistente ao desgaste decorrente de manuseio frequente.

Especificações do Item 02 — Climatizador de ar tipo turbo

Quantidade estimada: 04 unidades.

Disponibilização de climatizador evaporativo industrial, adequado para ambientes amplos e áreas cobertas de espera, destinado à melhoria do conforto térmico dos usuários, com as seguintes características mínimas:

- a) alimentação elétrica: 220V;
- b) vazão de ar mínima de 25.000 m³/h;
- c) potência mínima de 1.100 W;
- d) sistema de resfriamento evaporativo com colmeias de, no mínimo, 4 cm de espessura;
- e) filtro antipó removível e lavável;
- f) consumo médio de água entre 4 e 6 litros por hora;
- g) reservatório com capacidade mínima de 200 litros, com indicador de nível;
- h) capacidade de climatização de área mínima de 250 m²;
- i) nível de ruído inferior a 60 dB;
- j) ventilação por hélice de alto desempenho;
- k) oscilação vertical automática;
- l) múltiplas velocidades de operação;



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- m) painel digital com comando touch ou equivalente funcional;
- n) controle remoto incluso;
- o) rodízios reforçados para mobilidade;
- p) estrutura em material resistente, como plástico de alta densidade ou material anticorrosivo equivalente;
- q) dimensões aproximadas: altura de 150 cm, comprimento de 90 cm e largura de 70 cm.

Especificações do Item 03 — Módulo de banheiro hidráulico climatizado

Quantidade estimada: 02 unidades.

Disponibilização de módulo sanitário hidráulico, climatizado e pronto para uso, destinado ao apoio sanitário dos usuários na área de espera e atendimento da TUPA, com as seguintes características mínimas:

Dimensões mínimas:

- a) largura: 1,10 m;
- b) profundidade: 1,32 m;
- c) altura: 2,38 m.

Estrutura, isolamento e acabamento:

- a) paredes com núcleo em poliestireno expandido de alta densidade, com isolamento térmico e acústico;
- b) revestimento em fibra de vidro com resina poliéster, acabamento branco brilhante;
- c) estrutura resistente à umidade e de fácil higienização;
- d) piso em chapa plástica de alta resistência, com revestimento vinílico antiderrapante;
- e) acabamento frontal em aço inoxidável, ou material equivalente em resistência e facilidade de limpeza.

Componentes construtivos:

- a) porta com dimensões aproximadas de 0,60 m x 2,10 m;
- b) fechadura interna e externa;
- c) mola aérea;
- d) iluminação interna com spot LED, temperatura aproximada de 3000K.

Instalações e acessórios:

- e) pia em fibra de vidro com acabamento brilhante;
- f) torneira em aço inox 304, ou material equivalente, com acionamento automático;
- g) lixeira embutida;
- h) espelho com área mínima de 0,60 m²;
- i) dispensadores para sabonete líquido e papel toalha;
- j) vaso sanitário acoplado com assento.

Equipamentos:

- a) secador de mãos automático;
- b) tensão do secador: 220V;
- c) potência mínima do secador: 884W;
- d) fluxo de ar mínimo: 97 m³/h;
- e) nível de proteção mínimo: IP23;
- f) nível de ruído máximo: 80 dB;
- g) sistema de ar-condicionado com capacidade mínima de 9.000 BTU.

Instalações hidráulicas:

- a) entrada para rede de água potável, com conexões adequadas;
- b) saída para rede de esgoto;
- c) vedação eficiente contra vazamentos;
- d) funcionamento adequado durante todo o período de locação.

As especificações acima indicam módulo sanitário completo, climatizado, com paredes isoladas, revestimento em



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

fibra de vidro, piso antiderrapante, pia, torneira automática, vaso sanitário, dispensadores, secador automático e ar-condicionado mínimo de 9.000 BTU.

Especificações do Item 04 — Toldo com estrutura metálica

Quantidade estimada: 01 unidade.

Disponibilização, montagem e instalação de cobertura metálica completa, destinada à proteção dos usuários contra sol e chuva na área de fila e espera do ponto de cobrança da TUPA, com dimensões aproximadas de **30 m x 7 m**, observadas as seguintes características mínimas:

Cobertura em lona:

- a) 02 lonas de 15 m x 8 m, sem emendas;
- b) material em PVC laminado com reforço em poliéster;
- c) gramatura mínima de 550 g/m²;
- d) material totalmente impermeável;
- e) tratamento anti-UV, antifungo, antimoho e retardante de chamas;
- f) cor areia, conforme compatibilidade visual com o local de implantação.

Acabamentos:

- a) bainhas reforçadas de aproximadamente 10 cm, com corda interna;
- b) ilhós em aço inox, com diâmetro aproximado de 3 cm;
- c) ilhós espaçados aproximadamente a cada 60 cm;
- d) velcro industrial costurado e colado, quando necessário à fixação;
- e) tiras de reforço para amarração.

Estrutura metálica:

- a) 14 pilares em aço galvanizado, bitola aproximada de 3", chapa 16;
- b) fixação por chumbadores em aço inox, ou sistema tecnicamente equivalente e seguro;
- c) estrutura dimensionada para suportar cargas ordinárias de vento e chuva;
- d) treliças metálicas reforçadas com altura aproximada de 30 cm, garantindo estabilidade estrutural;
- e) 50 tubos galvanizados com curvatura uniforme;
- f) inclinação adequada para escoamento de águas pluviais;
- g) treliça central longitudinal de aproximadamente 30 m, garantindo distribuição de carga.

Pintura e acabamento:

- a) pintura epóxi automotiva de alta resistência;
- b) aplicação por pulverização ou técnica equivalente;
- c) proteção contra corrosão e intempéries;
- d) acabamento compatível com área turística e de circulação pública.

Especificações do Item 05 — Tenda piramidal 8 m x 4 m

Quantidade estimada: 01 unidade.

Disponibilização, montagem e instalação de tenda piramidal completa, destinada ao apoio complementar à cobertura, atendimento, espera ou organização operacional, com as seguintes características mínimas:

- a) dimensões aproximadas de 8 m de largura x 4 m de comprimento;
- b) 06 pés de sustentação com tubo galvanizado de 2 ½", chapa 16, com altura aproximada de 2,5 m;
- c) lona em tecido de PVC, na cor branca;
- d) lona à prova d'água;
- e) proteção UV;
- f) tratamento antimoho;
- g) tratamento retardante de chama;
- h) gramatura mínima de 550 g/m²;



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- i) amarração superior com 08 tubos galvanizados de 1 ¼”, chapa 16;
- j) teto com 08 tubos de 1 ¼”, chapa 16, formando estrutura piramidal;
- k) estabilidade e fixação adequadas ao local de implantação;
- l) resistência compatível com uso contínuo em ambiente litorâneo e turístico.

Especificações do Item 06 — Módulo operacional modular ou contêiner adaptado para cobrança da TUPA em Gamboa

Quantidade estimada: 01 unidade.

Disponibilização, transporte, instalação, manutenção e desmobilização de módulo operacional modular ou contêiner metálico adaptado, destinado ao funcionamento do ponto de cobrança da TUPA na comunidade de Gamboa, com área aproximada de **18 m²**, dimensões aproximadas de **6,00 m x 3,00 m**, e características compatíveis com atendimento ao público, apoio administrativo, proteção de equipamentos, conforto térmico, segurança e funcionalidade operacional.

Estrutura principal:

- a) estrutura principal em aço carbono, tipo contêiner marítimo adaptado, ou estrutura modular equivalente;
- b) dimensões externas aproximadas: 6,00 m de comprimento x 3,00 m de largura x 2,70 m de altura;
- c) reforços estruturais em perfis metálicos tubulares nas áreas de abertura;
- d) base metálica com tratamento anticorrosivo;
- e) pintura em esmalte industrial ou equivalente;
- f) cobertura metálica impermeabilizada, admitida solução com cobertura vegetal leve, desde que tecnicamente viável e previamente aceita pela Administração.

Fundação e apoio:

- a) apoio sobre sapatas de concreto, blocos estruturais nivelados ou solução equivalente;
- b) fixação metálica com chapas de ancoragem, quando tecnicamente necessária;
- c) instalação estável, nivelada e segura, compatível com as condições do local.

Vedação e revestimentos:

- a) fechamento lateral em chapa metálica original do contêiner, ou sistema modular equivalente;
- b) revestimento interno em drywall, painel OSB/naval ou material equivalente;
- c) isolamento termoacústico;
- d) piso interno em porcelanato, cimentício ou vinílico de alto tráfego;
- e) revestimento externo com pintura naval, esmalte PU ou acabamento equivalente resistente à umidade, maresia e intempéries.

Cobertura:

- a) cobertura metálica plana impermeabilizada;
- b) calhas laterais;
- c) sistema de drenagem pluvial adequado.

Esquadrias:

- a) portas e janelas em alumínio preto, ou material equivalente;
- b) fechamento frontal em vidro temperado de 8 mm;
- c) porta principal de correr com trilho superior, ou sistema equivalente que assegure funcionalidade, segurança e acessibilidade.

Instalações elétricas:

- a) infraestrutura elétrica embutida em eletrodutos;
- b) quadro elétrico com disjuntores independentes;
- c) iluminação LED interna e externa;
- d) pontos elétricos para equipamentos de informática e atendimento;

Prefeitura de Cairu

Praça Manuel Veiga Peleteiro, nº 03 – Complexo Administrativo Raul Figueiredo Miranda,
1º andar – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br Email: seduc@cairu.ba.gov.br
CNPJ: 14.235.907/0001-44 - Telefone: (75) 99838-8985 / 99830-0747



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- e) instalações compatíveis com uso administrativo e atendimento ao público.

Instalações hidráulicas:

- a) a) tubulação em PPR/PVC ou material equivalente;
- b) b) ponto hidráulico para lavatório e apoio operacional;
- c) c) conexões adequadas para alimentação de água e escoamento, conforme disponibilidade local.

1.1.2. Condições gerais aplicáveis a todos os itens

A contratada deverá fornecer todos os materiais, estruturas e equipamentos em perfeito estado de uso, conservação, segurança e funcionamento, responsabilizando-se por transporte, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de itens defeituosos e desmobilização final.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para montagem, instalação, manutenção e retirada das estruturas, observando as condições de segurança do local, a circulação de usuários, a proteção dos bens públicos e a continuidade das atividades administrativas.

Todos os itens deverão permanecer funcionais durante o período de locação, cabendo à contratada realizar manutenção preventiva mensal e manutenção corretiva imediata sempre que houver falha, dano ou perda de funcionalidade. Os itens defeituosos, danificados por força da natureza, uso ordinário ou ação de terceiros deverão ser substituídos no prazo máximo de **72 horas**, salvo prazo menor definido pela fiscalização em razão da criticidade do item.

As estruturas deverão observar a lógica de implantação prevista no projeto de infraestrutura temporária, com organização do fluxo de chegada, entrada em sistema de filas estruturadas, área de espera coberta, ponto de atendimento da TUPA e saída ordenada, evitando dispersão desordenada, múltiplas filas informais e conflitos de circulação.

A solução deverá preservar a ventilação natural das áreas cobertas, evitar fechamento lateral integral que impeça ventilação cruzada, favorecer conforto térmico, garantir resistência ao ambiente litorâneo, permitir modularidade e adaptação às condições físicas do local, além de considerar a necessidade de transporte marítimo, limitações de acesso, influência de condições climáticas e planejamento prévio da montagem.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei n. 14.133/2021).

A presente contratação encontra fundamento no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar elaborados pela Secretaria Especial de Morro de São Paulo, nos quais foi evidenciada a necessidade administrativa de melhoria da infraestrutura física, operacional e organizacional dos pontos de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA.

O Documento de Formalização da Demanda identificou que o ponto de cobrança da TUPA necessita de solução apta a proporcionar condições adequadas de atendimento ao público, organização do fluxo de usuários, proteção contra intempéries e suporte às atividades relacionadas ao processo de cobrança da tarifa, com vistas à melhoria da eficiência administrativa e da experiência dos usuários.

A necessidade decorre das limitações atualmente verificadas no ambiente de atendimento, especialmente em razão do elevado fluxo de usuários, da formação de filas desordenadas, da exposição de usuários e agentes públicos a condições climáticas adversas e das dificuldades operacionais relacionadas ao funcionamento do serviço. Tais circunstâncias comprometem a qualidade do atendimento, a continuidade da atividade administrativa, a imagem institucional do Município e as condições de trabalho dos agentes envolvidos.

Os dados operacionais constantes no sistema de controle da TUPA demonstram a relevância da demanda. No período de 01/01/2025 a 31/03/2025, o painel da TUPA registrou quantitativo total de 97.827 usuários; no período de 01/06/2025 a 31/08/2025, registrou 45.461 usuários; e no período de 01/09/2025 a 31/12/2025, registrou 106.550 usuários, evidenciando volume expressivo de atendimento e variação sazonal compatível com a dinâmica turística do Município.

No Estudo Técnico Preliminar, foram considerados, para fins de dimensionamento funcional, o volume médio



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

diário de 506 usuários e o volume máximo diário de 1.086 usuários no ponto de cobrança da TUPA em Morro de São Paulo, parâmetros que reforçam a necessidade de infraestrutura apta a organizar o fluxo de pessoas, proporcionar proteção contra sol e chuva, garantir condições mínimas de conforto, salubridade e segurança, bem como assegurar a continuidade da atividade administrativa.

Além da estruturação do ponto de apoio em Morro de São Paulo, o ETP também identificou a necessidade de implantação de estrutura operacional na comunidade de Gamboa, destinada ao atendimento e suporte à atividade de cobrança da TUPA, estimando-se, para essa localidade, a necessidade de 01 unidade de estrutura operacional modular, com área aproximada de 18 m², compatível com atendimento ao público, apoio administrativo, proteção de equipamentos, instalações elétricas mínimas, eventual ponto hidráulico e condições de segurança, conforto e funcionalidade.

O levantamento de mercado realizado no ETP analisou alternativas possíveis para atendimento da necessidade, incluindo aquisição de bens e estruturas, implantação de estruturas fixas ou permanentes, locação integrada de bens e estruturas, edificação convencional, aquisição de módulo modular ou contêiner e locação de módulo modular ou contêiner. A análise concluiu pela maior adequação da locação integrada de estruturas, equipamentos e módulo operacional de apoio à cobrança da TUPA, por se tratar de solução modular, temporária, removível, funcional e compatível com as condições específicas de Morro de São Paulo e Gamboa.

Para Morro de São Paulo, a locação integrada apresenta-se como alternativa mais adequada por permitir a disponibilização de infraestrutura funcional para organização do fluxo de usuários, proteção contra intempéries, conforto térmico, apoio sanitário, salubridade e continuidade do atendimento, com maior flexibilidade para adaptação à sazonalidade turística e menor transferência de encargos patrimoniais, logísticos e de manutenção à Administração.

Para a comunidade de Gamboa, a locação de módulo operacional modular ou contêiner adaptado mostra-se mais adequada por permitir implantação célere, funcionalidade, menor investimento inicial, redução de encargos patrimoniais e possibilidade de ajustes futuros conforme a consolidação da operação local.

A contratação também se justifica pelas condicionantes logísticas próprias do Município de Cairu, especialmente a necessidade de transporte marítimo de estruturas, limitações de acesso e espaço, influência de condições climáticas e necessidade de planejamento prévio da montagem. Tais fatores recomendam a adoção de solução contratual integrada, com responsabilidade da contratada pelo fornecimento, transporte, instalação, manutenção, substituição, higienização, conservação e desmobilização dos itens disponibilizados.

Registra-se que a contratação não se destina à delegação da cobrança da TUPA, à gestão ativa das filas, ao controle operacional do atendimento ou à fiscalização de usuários, atividades que permanecem sob responsabilidade da Administração Municipal ou de equipe própria/contratação específica. O objeto limita-se à disponibilização da infraestrutura física e operacional necessária ao adequado funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da tarifa.

A fundamentação jurídica da contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus princípios de planejamento, eficiência, economicidade, motivação, interesse público, transparência, competitividade e desenvolvimento nacional sustentável, bem como no art. 6º, inciso XXIII, que define o Termo de Referência como documento necessário para a contratação de bens e serviços, devendo conter a definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução como um todo, requisitos, modelos de execução e gestão, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativa de valor e adequação orçamentária.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e compatível com o interesse público, por buscar assegurar melhores condições de atendimento aos usuários, organização do fluxo de pessoas, proteção contra intempéries, suporte sanitário, conforto térmico, funcionalidade operacional e melhoria da infraestrutura de apoio à cobrança da TUPA, sem gerar, para a Administração, encargos permanentes de guarda, manutenção, conservação, transporte e controle patrimonial incompatíveis com a natureza modular e sazonal da demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c” da Lei n. 14.133/2021).

A solução a ser contratada consiste na disponibilização, em regime de locação integrada, de estruturas,



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

equipamentos e módulo operacional destinados à melhoria da infraestrutura de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA, abrangendo o ponto de cobrança localizado em Morro de São Paulo e a estrutura operacional a ser implantada na comunidade de Gamboa.

A contratação deverá compreender o fornecimento dos bens e estruturas, transporte até os locais de implantação, inclusive logística marítima, montagem, instalação, adequação funcional, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, assistência técnica durante a vigência contratual, desinstalação e desmobilização final.

A solução foi concebida para atender à necessidade administrativa de adequação das condições de atendimento ao público, organização do fluxo de usuários, proteção contra intempéries e suporte às atividades relacionadas ao processo de cobrança da TUPA, conforme necessidade já identificada no Documento de Formalização da Demanda.

3.1. Solução para Morro de São Paulo

No ponto de cobrança da TUPA em Morro de São Paulo, a solução deverá contemplar infraestrutura física de apoio voltada à organização do fluxo de usuários, proteção contra sol e chuva, melhoria do conforto térmico, disponibilização de apoio sanitário e qualificação das condições de espera e atendimento.

A solução será estruturada em eixos funcionais complementares:

- a) **organização do fluxo de usuários**, mediante disponibilização de pedestais e cordões delimitadores, com a finalidade de organizar corredores de circulação, reduzir filas desordenadas, evitar cruzamentos indevidos e disciplinar o percurso dos usuários até o ponto de atendimento;
- b) **proteção e permanência**, mediante disponibilização de toldo com estrutura metálica e tendas piramidais, destinados à cobertura das áreas de fila, espera e apoio operacional, com proteção contra intempéries e preservação da ventilação natural;
- c) **suporte sanitário**, mediante disponibilização de módulos de banheiro hidráulico climatizado, destinados ao atendimento da demanda imediata dos usuários em área de grande circulação;
- d) **conforto térmico e ventilação**, mediante disponibilização de climatizadores de ar tipo turbo, com o objetivo de mitigar o desconforto térmico nas áreas cobertas, especialmente em períodos de maior fluxo turístico.

O projeto de infraestrutura temporária anexado identifica justamente a necessidade de organização do fluxo de chegada, melhoria das condições de espera, disponibilização de infraestrutura sanitária, conforto e qualificação da experiência inicial de ingresso no destino turístico.

As estruturas deverão ser implantadas de modo funcional, observando o fluxo de desembarque, a entrada em sistema de filas estruturadas, a área de espera coberta, o ponto de atendimento da TUPA e a saída ordenada para acesso à localidade. A configuração espacial poderá observar o layout referencial constante na tabela de especificações, admitidos ajustes durante a fase de implantação, desde que preservadas as diretrizes de ordenamento, funcionalidade, segurança e conforto dos usuários.

3.2. Solução para a comunidade de Gamboa

Na comunidade de Gamboa, a solução deverá contemplar a disponibilização de 01 módulo operacional modular ou contêiner adaptado, com área aproximada de 18 m², destinado ao funcionamento do ponto de apoio à cobrança da TUPA na localidade.

O módulo deverá permitir atendimento ao público, apoio administrativo, proteção de equipamentos, funcionamento seguro das rotinas operacionais, conforto térmico, instalações elétricas, eventual ponto hidráulico de apoio e condições mínimas de segurança, estabilidade, salubridade e funcionalidade.

O memorial descritivo específico prevê módulo em contêiner metálico adaptado, com dimensões aproximadas de 6,00 m x 3,00 m, estrutura em aço carbono, tratamento anticorrosivo, revestimento interno com isolamento termoacústico, esquadrias, fechamento frontal em vidro temperado, instalações elétricas, ponto hidráulico,



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

cobertura impermeabilizada e deck externo.

3.3. Integração dos componentes da solução

A solução deverá ser compreendida como um conjunto integrado e funcional, e não como mera locação isolada de itens. Os equipamentos, estruturas de cobertura, organizadores de fila, módulos sanitários e módulo operacional deverão atuar de forma complementar para produzir os resultados pretendidos pela Administração.

A contratada deverá assegurar que todos os itens sejam entregues, instalados e mantidos em condições adequadas de uso, conservação, segurança e funcionamento durante toda a vigência contratual. A obrigação contratual estará vinculada à **disponibilidade funcional da infraestrutura**, e não apenas à entrega inicial dos bens.

A modelagem integrada é recomendada pelo ETP porque permite maior flexibilidade operacional, implantação mais célere, redução de encargos patrimoniais para a Administração, manutenção da funcionalidade durante a vigência contratual e possibilidade de desmobilização ao final do período de utilização.

3.4. Ciclo de vida da solução

Para fins deste Termo de Referência, o ciclo de vida da solução compreenderá, no mínimo, as seguintes etapas:

- a) planejamento da implantação e alinhamento prévio com a Administração quanto aos locais, cronograma, logística e condições de acesso;
- b) transporte dos itens, inclusive por via marítima;
- c) montagem, instalação e posicionamento das estruturas e equipamentos;
- d) disponibilização da infraestrutura em condições plenas de uso;
- e) manutenção preventiva e corretiva durante a vigência contratual;
- f) conservação dos itens locados;
- g) substituição de itens defeituosos, danificados, inseguros ou inadequados;
- h) assistência técnica durante o período de execução contratual;
- i) desinstalação, retirada e desmobilização final ao término da contratação.

As condicionantes logísticas do Município de Cairu, especialmente a necessidade de transporte marítimo de estruturas, limitações de acesso e espaço, influência de condições climáticas e necessidade de planejamento prévio de montagem, deverão ser consideradas como elementos críticos da execução contratual.

3.5. Limites da solução contratada

A contratação não compreenderá a delegação da cobrança da TUPA, a operação do sistema de arrecadação, a fiscalização de usuários, a gestão ativa das filas ou o controle operacional do atendimento.

A atuação da contratada ficará limitada à disponibilização, instalação, manutenção, conservação, higienização e desmobilização da infraestrutura física necessária ao funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da TUPA. A organização operacional do atendimento, a arrecadação da tarifa, a atuação dos agentes públicos e a gestão administrativa da cobrança permanecerão sob responsabilidade do Município.

3.6. Resultados esperados

Com a implementação da solução, espera-se:

- a) melhoria das condições de atendimento aos usuários da TUPA;
- b) organização do fluxo de entrada de turistas e demais usuários;
- c) redução da formação de filas desordenadas;
- d) proteção dos usuários contra sol e chuva;
- e) melhoria do conforto térmico durante a espera;
- f) disponibilização de apoio sanitário adequado;
- g) melhoria das condições de trabalho dos agentes envolvidos;
- h) maior funcionalidade operacional dos pontos de apoio à cobrança;
- i) preservação da imagem institucional do Município e do destino turístico;
- j) redução de riscos de interrupção, falhas operacionais ou desorganização no atendimento.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

O projeto anexo também aponta como resultados esperados a organização do fluxo de entrada de turistas, redução de filas desordenadas, melhoria do conforto durante a espera, adequação das condições sanitárias, valorização da imagem do destino turístico e aumento da eficiência operacional no controle da TUPA.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d” da Lei n. 14.133/2021).

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais, logísticos, ambientais e funcionais indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa, assegurando que a solução disponibilizada seja adequada ao funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da Tarifa de Utilização do Patrimônio do Arquipélago — TUPA, no Município de Cairu/BA.

Os requisitos ora estabelecidos têm por finalidade garantir que a contratação seja orientada pelo resultado pretendido pela Administração, consistente na melhoria da infraestrutura de apoio à cobrança da TUPA, na organização do fluxo de usuários, na proteção contra intempéries, no suporte sanitário, no conforto térmico, na segurança, na funcionalidade e na continuidade das atividades administrativas.

4.1. Requisitos funcionais

A solução deverá assegurar condições adequadas ao funcionamento dos pontos de apoio à cobrança da TUPA, especialmente em Morro de São Paulo e na comunidade de Gamboa, devendo possibilitar:

- a) organização do fluxo de usuários nas áreas de chegada, espera e atendimento;
- b) formação de corredores de circulação e filas estruturadas;
- c) proteção dos usuários e agentes públicos contra sol e chuva;
- d) melhoria das condições de conforto térmico nas áreas cobertas;
- e) disponibilização de apoio sanitário adequado aos usuários;
- f) estrutura física compatível com atendimento ao público e apoio administrativo na comunidade de Gamboa;
- g) proteção dos equipamentos utilizados na atividade administrativa;
- h) preservação da continuidade do atendimento durante a vigência contratual.

4.2. Requisitos técnicos e de desempenho

Os bens, equipamentos e estruturas disponibilizados deverão apresentar padrão mínimo de qualidade, resistência, estabilidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho compatível com uso contínuo em ambiente de grande circulação de pessoas e exposição a condições ambientais litorâneas.

A solução deverá:

- a) suportar uso contínuo durante o período contratual;
- b) apresentar resistência à umidade, maresia, variação climática, vento, chuva e exposição solar;
- c) possuir estabilidade estrutural compatível com as condições ordinárias de uso;
- d) permitir manutenção simplificada e substituição tempestiva de componentes;
- e) observar as especificações mínimas previstas neste Termo de Referência;
- f) admitir soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com a finalidade pública da contratação e aceitas pela Administração.

4.3. Requisitos legais, normativos e administrativos

A execução contratual deverá observar a Lei nº 14.133/2021, as normas técnicas aplicáveis, as normas de segurança, as regras municipais de uso e ocupação do espaço público, as regulamentações urbanísticas, ambientais e patrimoniais incidentes, bem como as orientações expedidas pela Administração durante a execução contratual.

Quando a instalação de estruturas exigir autorização administrativa, manifestação técnica ou anuência de órgão competente, a execução deverá observar as condicionantes estabelecidas pela Administração.

4.4. Requisitos de sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, privilegiando soluções duráveis, reutilizáveis, reversíveis, de baixa interferência física no espaço público e que reduzam a



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

necessidade de aquisição definitiva, armazenamento, descarte ou manutenção patrimonial pela Administração.

Deverão ser priorizados:

- a) materiais resistentes e de maior vida útil;
- b) estruturas reutilizáveis e removíveis;
- c) equipamentos com bom desempenho operacional e consumo compatível com sua finalidade;
- d) soluções que reduzam desperdícios durante montagem, uso e desmobilização;
- e) correta destinação de resíduos decorrentes da instalação, manutenção ou desmobilização;
- f) racionalização do uso de água e energia nos módulos sanitários, climatizadores e módulo operacional;
- g) limpeza, conservação e manutenção que evitem degradação prematura dos bens e do espaço público.

4.5. Requisitos de implantação, logística e compatibilidade física dos locais

A contratada deverá realizar a implantação da solução de modo planejado, considerando as condições físicas, urbanísticas, logísticas e ambientais dos locais de instalação.

A execução deverá observar:

- a) prévio alinhamento com a Administração quanto aos locais exatos de instalação;
- b) avaliação das condições de acesso, circulação, espaço disponível, nivelamento e estabilidade do solo;
- c) necessidade de base de apoio, sapatas, blocos estruturais, ancoragens ou soluções equivalentes;
- d) disponibilidade ou necessidade de pontos de energia, água, esgotamento sanitário e drenagem;
- e) interferência das estruturas no fluxo de usuários, moradores, turistas e agentes públicos;
- f) restrições de circulação, carga, descarga e armazenamento temporário de materiais;
- g) logística marítima necessária ao transporte de bens, estruturas, equipamentos e insumos;
- h) planejamento da montagem e desmontagem para evitar prejuízo à continuidade do atendimento.

4.6. Requisitos de compatibilidade urbanística, paisagística e patrimonial

Considerando que as estruturas poderão ser instaladas em áreas de interesse turístico, histórico, urbanístico, paisagístico ou ambiental, a solução deverá preservar a ambiência local, evitando impacto visual desproporcional ou interferência indevida no espaço público.

Deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) priorização de estruturas removíveis, reversíveis e de baixo impacto visual;
- b) acabamento compatível com o contexto turístico do Município;
- c) vedação à utilização de elementos publicitários não autorizados;
- d) vedação ao uso de cores, formas ou materiais que comprometam a harmonia visual do espaço, salvo autorização expressa da Administração;
- e) observância de eventuais condicionantes expedidas por órgãos competentes;
- f) mínima interferência física no espaço público, sempre que tecnicamente viável.

4.7. Requisitos de manutenção, conservação e disponibilidade funcional

A contratada deverá manter todos os itens locados em condições adequadas de uso, conservação, higiene, segurança e funcionamento durante toda a vigência contratual.

A contratação será orientada pela **disponibilidade funcional da solução**, e não apenas pela entrega inicial dos bens. Assim, a contratada deverá:

- a) realizar manutenção preventiva das estruturas, equipamentos e módulos;
- b) realizar manutenção corretiva sempre que houver falha, dano, mau funcionamento ou perda de funcionalidade;
- c) substituir itens defeituosos, danificados, inseguros ou incompatíveis com o uso pretendido;
- d) manter os módulos sanitários em condições permanentes de higiene, uso e salubridade;
- e) manter climatizadores, instalações elétricas, estruturas de cobertura, pedestais, cordões, tendas, toldo e módulo operacional em condições adequadas de funcionamento;
- f) atender tempestivamente às solicitações da fiscalização;



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- g) evitar interrupção do atendimento ou risco à segurança dos usuários e agentes públicos.

4.8. Requisitos relativos ao módulo operacional de Gamboa

O módulo operacional modular ou contêiner adaptado destinado à comunidade de Gamboa deverá apresentar condições adequadas de atendimento ao público, apoio administrativo, proteção de equipamentos e segurança operacional.

Deverá observar, no mínimo:

- a) resistência estrutural compatível com o uso pretendido;
- b) tratamento anticorrosivo;
- c) isolamento térmico e acústico;
- d) ventilação ou climatização adequada;
- e) iluminação interna e externa;
- f) instalações elétricas seguras;
- g) ponto hidráulico de apoio, quando previsto ou necessário;
- h) esquadrias e fechamento frontal seguros;
- i) estabilidade e nivelamento da instalação;
- j) compatibilidade com as condições ambientais locais, especialmente umidade, maresia e variações climáticas.

4.9. Requisitos de implantação sem prejuízo da continuidade do serviço

A implantação, manutenção, substituição e desmobilização das estruturas deverão ser realizadas de modo a evitar, tanto quanto possível, a interrupção do atendimento ao público e das atividades administrativas relacionadas à TUPA.

Quando houver necessidade de intervenção em horários de funcionamento, a contratada deverá adotar medidas de segurança, sinalização e isolamento da área, em articulação com a fiscalização contratual.

Sempre que tecnicamente viável, as atividades de montagem, manutenção de maior impacto e desmobilização deverão ser programadas para horários de menor fluxo de usuários.

4.10. Requisitos de vistoria ou declaração de conhecimento das condições locais

Em razão das peculiaridades logísticas do Município de Cairu, especialmente quanto ao acesso insular, transporte marítimo, limitações de circulação, condições climáticas, localização dos pontos de instalação e necessidade de compatibilização com o fluxo turístico, recomenda-se que o edital preveja a possibilidade de vistoria técnica facultativa.

A vistoria, caso prevista, deverá ser facultativa, podendo ser substituída por declaração formal do licitante de que tem pleno conhecimento das condições locais de execução, dos riscos logísticos, das condições de acesso, das necessidades de transporte, montagem, instalação, manutenção e desmobilização, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento para justificar inadimplemento contratual, pedidos indevidos de reequilíbrio ou descumprimento de prazos.

4.11. Requisitos de não transferência de atividades administrativas típicas

A contratada não executará atividade de cobrança da TUPA, operação do sistema de arrecadação, fiscalização de usuários, gestão ativa de filas, controle de acesso ou qualquer ato típico de competência administrativa do Município.

A atuação da contratada ficará restrita à disponibilização, transporte, montagem, instalação, manutenção, higienização, conservação, assistência técnica, substituição e desmobilização da infraestrutura contratada.

4.12. Requisitos mínimos de qualificação operacional da contratada

A contratada deverá possuir capacidade operacional compatível com o objeto, compreendendo meios próprios ou contratados para fornecimento, transporte, logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção, substituição e desmobilização dos itens.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

Sem prejuízo do detalhamento no item relativo à habilitação, a futura contratada deverá demonstrar aptidão para executar solução de natureza similar, envolvendo locação, instalação, manutenção ou disponibilização de estruturas temporárias, equipamentos, módulos sanitários, tendas, coberturas, módulos operacionais ou itens equivalentes.

As exigências de qualificação deverão ser proporcionais ao objeto, suficientes para reduzir riscos de inexecução, mas sem impor restrições indevidas à competitividade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e” da Lei n. 14.133/2021).

A execução do objeto deverá ocorrer mediante disponibilização, em regime de locação integrada, das estruturas, equipamentos e módulo operacional descritos neste Termo de Referência, compreendendo fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos, danificados ou inadequados, conservação, desinstalação e desmobilização final.

A execução contratual deverá ser orientada pela disponibilidade funcional da solução, de modo que a obrigação da contratada não se encerra com a simples entrega dos bens, abrangendo também a sua manutenção em condições adequadas de uso, segurança, higiene, estabilidade, conservação e funcionamento durante toda a vigência contratual.

O ETP recomenda que o Termo de Referência detalhe as obrigações da contratada, os critérios de manutenção, substituição e disponibilidade, bem como as condições de instalação, fiscalização e desmobilização ao final da vigência contratual.

5.1. Locais de execução

A execução do objeto abrangerá os seguintes locais:

- a) **Morro de São Paulo:** área de chegada, espera, circulação e apoio ao ponto de cobrança da TUPA, em local a ser indicado pela Administração Municipal, observada a configuração física, urbanística, turística, operacional e patrimonial da localidade;
- b) **Comunidade de Gamboa:** local indicado pela Administração Municipal para instalação do módulo operacional modular ou contêiner adaptado destinado ao apoio à cobrança da TUPA.

A Administração poderá ajustar a posição exata das estruturas, dentro das áreas de interesse operacional da TUPA, desde que preservada a finalidade da contratação e observadas as condições técnicas de implantação.

5.2. Etapas de execução

A execução contratual deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas:

- a) **emissão da Ordem de Serviço pela Administração;**
- b) **apresentação, pela contratada, de plano simplificado de implantação,** contendo cronograma, logística de transporte, equipe responsável, sequência de montagem, necessidades de apoio, pontos de atenção e eventuais interferências identificadas;
- c) **vistoria ou reconhecimento prévio dos locais de instalação,** quando necessário, para verificação das condições de acesso, circulação, nivelamento, estabilidade, infraestrutura disponível e compatibilidade física das estruturas;
- d) **transporte dos itens aos locais de execução,** inclusive por via marítima, quando necessário;
- e) **montagem, instalação e posicionamento das estruturas e equipamentos,** conforme orientação da Administração e layout referencial;
- f) **testes de funcionamento e verificação das condições de segurança,** especialmente quanto aos climatizadores, módulos sanitários, instalações elétricas, estruturas de cobertura, tendas, toldo e módulo operacional de Gamboa;
- g) **recebimento provisório da infraestrutura instalada,** mediante verificação inicial pela fiscalização;
- h) **disponibilização da solução para uso durante a vigência contratual;**
- i) **execução de manutenção preventiva, corretiva, higienização e substituição de itens;**



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- j) **desinstalação, retirada e desmobilização final**, ao término da vigência contratual ou quando determinado pela Administração.

O modelo operacional pretendido contempla o fornecimento integral dos equipamentos, transporte, inclusive logística marítima, responsabilidade pela instalação e desinstalação, operação e manutenção durante todo o período de uso e desmobilização ao final da demanda.

5.3. Prazo de mobilização e implantação

Após a emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar as providências de mobilização, transporte e implantação no prazo máximo de **05 dias úteis**, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração em razão de condicionantes logísticas, climáticas, operacionais ou administrativas.

A instalação inicial das estruturas de apoio em Morro de São Paulo deverá ser concluída no prazo máximo de **20 dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

A instalação do módulo operacional modular ou contêiner adaptado na comunidade de Gamboa deverá ser concluída no prazo máximo de **30 dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço, considerando a necessidade de preparação, transporte, eventual adequação do local, instalação, nivelamento, conexão elétrica/hidráulica quando aplicável e testes de funcionamento.

Os prazos poderão ser ajustados pela Administração, mediante justificativa, quando houver necessidade de autorização prévia de órgãos competentes, adequação do local, restrições climáticas, limitações de transporte marítimo ou outras condicionantes devidamente registradas no processo de execução contratual.

5.4. Planejamento da implantação

Antes da instalação, a contratada deverá alinhar com a fiscalização contratual:

- a) a localização exata dos itens;
- b) a sequência de montagem;
- c) os horários de execução dos serviços;
- d) as rotas de acesso e descarga;
- e) as condições de transporte terrestre e marítimo;
- f) as necessidades de isolamento ou sinalização temporária;
- g) os pontos de energia, água, esgoto ou drenagem, quando aplicável;
- h) as interferências com o fluxo de turistas, moradores, usuários e agentes públicos;
- i) a compatibilidade da instalação com a ambiência local.

A implantação deverá observar a zona de desembarque, direcionamento ao fluxo organizado, entrada em sistema de filas estruturadas, área de espera coberta, ponto de atendimento da TUPA e saída ordenada para acesso à localidade. A organização deve evitar dispersão desordenada, formação de múltiplas filas informais e conflitos de circulação.

5.5. Execução em Morro de São Paulo

No ponto de cobrança da TUPA em Morro de São Paulo, a contratada deverá instalar as estruturas de modo a proporcionar:

- a) organização do fluxo de usuários;
- b) delimitação de corredores e áreas de espera;
- c) proteção contra sol e chuva;
- d) preservação da ventilação natural;
- e) conforto térmico mediante uso de climatizadores;
- f) apoio sanitário aos usuários;
- g) segurança e estabilidade das estruturas;
- h) compatibilidade com a circulação de pessoas e com a rotina de atendimento.

As áreas cobertas deverão ser posicionadas, sempre que possível, de modo a aproveitar a ventilação natural predominante, evitando zonas de calor e estagnação de ar. As estruturas de cobertura deverão evitar fechamento



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

lateral integral que impeça ventilação cruzada, conforme diretrizes do memorial técnico.

5.6. Execução na comunidade de Gamboa

Na comunidade de Gamboa, a contratada deverá disponibilizar e instalar 01 módulo operacional modular ou contêiner adaptado, com área aproximada de 18 m², destinado ao apoio à cobrança da TUPA.

A execução deverá contemplar:

- a) transporte do módulo até o local indicado pela Administração;
- b) nivelamento e instalação segura;
- c) apoio sobre sapatas, blocos estruturais ou solução equivalente, quando necessário;
- d) instalação de esquadrias, fechamento frontal, piso, revestimentos, cobertura e demais componentes previstos;
- e) instalações elétricas internas e externas;
- f) ponto hidráulico de apoio, quando previsto e tecnicamente disponível;
- g) testes de segurança e funcionalidade;
- h) entrega em condições adequadas de uso, conservação e atendimento ao público.

5.7. Manutenção preventiva

A contratada deverá realizar manutenção preventiva em todos os itens locados, com periodicidade mínima **mensal**, sem prejuízo de inspeções adicionais sempre que houver necessidade operacional, solicitação da fiscalização ou ocorrência de eventos climáticos que possam comprometer a segurança e funcionalidade das estruturas.

A manutenção preventiva deverá abranger, no mínimo:

- a) verificação da estabilidade dos pedestais, cordões, tendas, toldo e estruturas de apoio;
- b) inspeção de bases, fixações, chumbadores, amarrações, treliças, tubos, lonas e demais componentes estruturais;
- c) verificação de pontos de corrosão, desgaste, rasgos, deformações ou instabilidade;
- d) verificação do funcionamento dos climatizadores;
- e) verificação das instalações elétricas dos equipamentos e módulos;
- f) verificação das instalações hidráulicas dos módulos sanitários e do módulo operacional de Gamboa, quando aplicável;
- g) higienização técnica e conservação dos equipamentos;
- h) correção preventiva de falhas que possam evoluir para interrupção do uso.

5.8. Manutenção corretiva e substituição de itens

A contratada deverá realizar manutenção corretiva sempre que houver falha, dano, mau funcionamento, instabilidade, insegurança, desgaste excessivo ou inadequação de qualquer item disponibilizado.

A manutenção corretiva deverá ser iniciada imediatamente após a comunicação da fiscalização, devendo a contratada adotar providências compatíveis com a criticidade do item afetado.

Quando não for possível o reparo imediato, a contratada deverá substituir o item defeituoso, danificado, inseguro ou inadequado no prazo máximo de **72 horas**, contado da comunicação formal ou registro da ocorrência pela fiscalização.

A obrigação de substituição aplica-se, inclusive, a itens danificados por força da natureza, uso ordinário ou ação de terceiros, sem prejuízo da apuração de responsabilidades quando cabível.

O documento de especificações prevê expressamente a substituição, no prazo de 72 horas, de quaisquer itens com defeito, danificados pela força da natureza ou por terceiros.

5.9. Conservação dos módulos sanitários

A contratada deverá manter os módulos sanitários em condições adequadas de funcionamento e segurança durante todo o período de execução contratual.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

A higienização ficará por conta da Administração.

5.10. Funcionamento dos climatizadores

Os climatizadores deverão ser entregues instalados, testados e em condições de funcionamento, observadas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

Durante a execução contratual, a contratada deverá garantir:

- a) funcionamento regular dos equipamentos;
- b) limpeza de filtros;
- c) verificação do reservatório de água;
- d) manutenção de rodízios, painel, controle, hélice, sistema evaporativo e demais componentes;
- e) correção de ruídos anormais, vazamentos ou perda de desempenho;
- f) substituição de equipamento que não apresente desempenho compatível com a finalidade contratada.

A utilização dos climatizadores deverá ser compatibilizada com as condições elétricas do local e com a preservação da circulação de usuários.

5.11. Segurança durante montagem, manutenção e desmontagem

A contratada deverá garantir a segurança durante todas as etapas de transporte, montagem, instalação, manutenção, substituição, desmontagem e desmobilização.

Deverão ser adotadas medidas de:

- a) isolamento temporário da área de trabalho;
- b) sinalização de risco;
- c) organização dos materiais e ferramentas;
- d) prevenção de quedas, choques elétricos, cortes, tombamentos e acidentes;
- e) proteção de usuários, turistas, moradores, servidores e agentes públicos;
- f) controle de acesso às áreas em intervenção;
- g) retirada de resíduos, embalagens, sobras de materiais e componentes inutilizados.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e garantir segurança durante a execução, conforme obrigações constantes do documento de especificações.

5.12. Regras sobre operação e limites da atuação da contratada

A contratada não executará a cobrança da TUPA, não operará o sistema de arrecadação, não realizará fiscalização de usuários, não fará controle administrativo de acesso e não será responsável pela gestão ativa das filas de atendimento.

A atuação da contratada ficará limitada à disponibilização, instalação, conservação, higienização, manutenção, substituição e desmobilização da infraestrutura contratada.

5.13. Comunicação com a fiscalização

A contratada deverá manter canal de comunicação permanente com o gestor e fiscal do contrato, indicando preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

Compete ao preposto:

- a) receber comunicações da fiscalização;
- b) providenciar correções, manutenções e substituições;
- c) acompanhar montagens, desmontagens e intervenções;
- d) comunicar ocorrências relevantes;
- e) informar impedimentos logísticos, climáticos ou operacionais;
- f) apresentar registros de manutenção, quando solicitados;
- g) responder às demandas da Administração dentro dos prazos contratuais.

5.14. Registros de execução



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

A contratada deverá manter registros mínimos da execução contratual, especialmente:

- h) data de entrega e instalação dos itens;
- i) registros fotográficos da instalação;
- j) relatórios de manutenção preventiva;
- k) registros de manutenção corretiva;
- l) registros de substituição de itens;
- m) registros de higienização dos módulos sanitários;
- n) ocorrências de danos, falhas ou impossibilidade temporária de uso;
- o) registro da desmobilização final.

Esses registros poderão ser exigidos pela fiscalização como condição para atesto dos serviços e autorização de pagamento.

5.15. Recebimento provisório da instalação

Concluída a instalação inicial, a fiscalização realizará verificação preliminar para recebimento provisório da infraestrutura, avaliando:

- a) conformidade dos itens com as especificações do TR;
- b) quantidades instaladas;
- c) localização e disposição das estruturas;
- d) funcionamento dos climatizadores;
- e) funcionamento dos módulos sanitários;
- f) estabilidade das estruturas de cobertura;
- g) segurança das instalações;
- h) funcionalidade do módulo operacional de Gamboa;
- i) ausência de riscos aparentes aos usuários;
- j) adequação mínima à finalidade contratada.

Eventuais não conformidades deverão ser corrigidas pela contratada no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso, recusa ou descumprimento contratual.

5.16. Execução durante a vigência contratual

Durante a vigência do contrato, a contratada deverá assegurar a manutenção da solução em condições plenas de funcionamento, conservação e segurança.

A fiscalização poderá determinar correções, reposicionamentos, reforços, substituições ou ajustes operacionais sempre que verificar que os itens instalados não estão atendendo adequadamente à finalidade pública da contratação.

A contratação deverá permanecer voltada ao resultado, considerando disponibilidade, funcionalidade, segurança, conservação, manutenção e adequação dos elementos locados, conforme orientação constante do ETP.

5.17. Desmobilização final

Ao término da vigência contratual, ou quando determinado pela Administração, a contratada deverá realizar a desinstalação, retirada e desmobilização final de todos os itens locados.

A desmobilização deverá ocorrer de forma planejada, segura e sem danos ao espaço público, compreendendo:

- a) retirada de pedestais, cordões, climatizadores, módulos sanitários, toldo, tendas e módulo operacional;
- b) desmontagem de estruturas metálicas, lonas, bases, fixações e componentes acessórios;
- c) retirada de resíduos, sobras de materiais e elementos de fixação;
- d) recomposição mínima das áreas afetadas, quando houver interferência causada pela instalação;
- e) transporte de retorno dos bens;
- f) entrega do local em condições adequadas de limpeza e segurança.

A desmobilização deverá observar a reversibilidade da solução, especialmente por se tratar de estruturas modulares,



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

temporárias e removíveis, conforme disposto no ETP.

5.18. Condições críticas de execução

Em razão das especificidades do Município de Cairu, a contratada deverá considerar como condições críticas de execução:

- a) necessidade de transporte marítimo de estruturas e equipamentos;
- b) limitações de acesso, carga, descarga e circulação;
- c) influência de chuvas, ventos, marés e demais condições climáticas;
- d) elevado fluxo turístico em determinados períodos;
- e) necessidade de planejamento prévio da montagem;
- f) necessidade de compatibilização com áreas de interesse turístico, histórico, urbanístico, paisagístico ou ambiental;
- g) necessidade de preservação da continuidade do atendimento da TUPA.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “F”, da Lei nº 14.133/21)

A gestão do contrato será realizada pela Administração Municipal, por meio de gestor e fiscal(is) designado(s) pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, os regulamentos municipais aplicáveis, as cláusulas contratuais, o edital, este Termo de Referência e demais documentos que integrem o processo de contratação.

A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada de forma contínua, com foco na verificação da **disponibilidade funcional da solução**, da conformidade dos itens instalados, da manutenção das estruturas e equipamentos, da higiene dos módulos sanitários, da segurança dos usuários, da tempestividade das manutenções e da adequação da prestação ao interesse público.

A gestão do contrato compreende a coordenação das atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como a instrução de procedimentos relacionados a pagamento, prorrogação, alteração contratual, reequilíbrio, aplicação de sanções e extinção contratual, quando cabíveis, conforme boas práticas de gestão contratual.

6.1. Designação do gestor e dos fiscais

A Administração designará, por ato próprio, os agentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, podendo ser indicados, conforme a estrutura administrativa disponível:

- a) **Gestor do contrato**, responsável pela coordenação geral da execução contratual;
- b) **Fiscal técnico**, responsável pela verificação da conformidade técnica dos itens, estruturas, equipamentos, instalações, manutenções, substituições e desmobilização;
- c) **Fiscal administrativo**, responsável pelo acompanhamento documental, vigência contratual, regularidade formal, instrução para pagamento e demais aspectos administrativos;
- d) **Fiscal setorial ou apoio operacional local**, quando necessário, especialmente em razão da execução em mais de uma localidade, abrangendo Morro de São Paulo e comunidade de Gamboa.

A indicação dos fiscais deverá observar a segregação de funções, a compatibilidade com as atribuições do agente designado e a disponibilidade de acompanhamento nos locais de execução.

6.2. Atribuições do gestor do contrato

Compete ao gestor do contrato, sem prejuízo de outras atribuições previstas em regulamento ou designação específica:

- a) coordenar a execução contratual e a atuação dos fiscais;
- b) acompanhar o cumprimento do objeto contratado;
- c) manter comunicação formal com a contratada, por meio do preposto indicado;
- d) consolidar informações técnicas e administrativas para subsidiar pagamentos;
- e) avaliar solicitações de prorrogação, alteração, reequilíbrio, substituição de itens ou ajustes operacionais;
- f) adotar providências diante de falhas, atrasos, descumprimentos ou riscos à execução contratual;



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- g) encaminhar à autoridade competente situações que possam justificar glosa, sanção, alteração contratual ou rescisão;
- h) manter registros da execução contratual, inclusive relatórios, notificações, respostas da contratada, atestos e ocorrências relevantes;
- i) controlar prazos de vigência, execução, manutenção, substituição e desmobilização;
- j) zelar para que a contratação permaneça vinculada à finalidade pública que motivou a sua celebração.

6.3. Atribuições do fiscal técnico

Compete ao fiscal técnico verificar, de forma objetiva, se a execução contratual atende às especificações e aos requisitos definidos neste Termo de Referência, especialmente quanto a:

- a) quantidade, características e estado de conservação dos itens disponibilizados;
- b) conformidade dos pedestais, cordões, climatizadores, módulos sanitários, toldo, tendas e módulo operacional de Gamboa;
- c) adequação da montagem, instalação, fixação, nivelamento, estabilidade e segurança das estruturas;
- d) funcionamento dos climatizadores, instalações elétricas, módulos sanitários e módulo operacional;
- e) realização de manutenções preventivas e corretivas;
- f) substituição tempestiva de itens defeituosos, danificados, inseguros ou inadequados;
- g) higiene, limpeza, salubridade e conservação dos módulos sanitários;
- h) preservação da ventilação, circulação e organização funcional das áreas de espera e atendimento;
- i) inexistência de riscos aparentes aos usuários, servidores, turistas e demais pessoas que circulem no local;
- j) adequação da desmobilização final e recomposição mínima das áreas afetadas, quando aplicável.

O fiscal técnico deverá registrar as ocorrências relevantes, comunicar falhas à contratada e informar ao gestor do contrato situações que possam impactar a medição, o pagamento, a aplicação de glosas ou a instauração de procedimento sancionatório.

6.4. Atribuições do fiscal administrativo

Compete ao fiscal administrativo, sem prejuízo de outras atribuições definidas pela Administração:

- a) acompanhar a vigência contratual e os prazos de execução;
- b) verificar a regularidade da documentação exigida para pagamento;
- c) conferir se a nota fiscal corresponde ao período e ao objeto efetivamente executado;
- d) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante a execução contratual;
- e) acompanhar a formalização de ordens de serviço, notificações, termos de recebimento, atestos e relatórios;
- f) subsidiar o gestor quanto a prorrogações, alterações, reajustes, reequilíbrios e encerramento contratual;
- g) verificar a existência de pendências que impeçam ou condicionem o pagamento;
- h) apoiar o controle de glosas, sanções e registros administrativos.

Considerando que o objeto não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização administrativa não se confundirá com controle permanente de jornada, folha de pagamento ou alocação exclusiva de empregados, devendo concentrar-se na regularidade documental aplicável, no cumprimento das obrigações contratuais e na entrega dos resultados pactuados.

6.5. Preposto da contratada

A contratada deverá indicar formalmente um preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo relacionamento com a Administração.

O preposto deverá possuir poderes para:

- a) receber comunicações, notificações e solicitações da fiscalização;
- b) acionar equipes de manutenção, higienização, substituição e suporte;
- c) acompanhar vistorias, montagens, manutenções e desmobilização;
- d) apresentar justificativas, relatórios e registros solicitados;
- e) adotar providências imediatas para correção de falhas;
- f) manter a Administração informada sobre intercorrências logísticas, climáticas, operacionais ou técnicas.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

A substituição do preposto deverá ser comunicada formalmente à Administração.

6.6. Reunião inicial de alinhamento

Após a assinatura do contrato e antes da emissão ou execução da primeira Ordem de Serviço, poderá ser realizada reunião inicial entre Administração, gestor, fiscal(is), preposto e equipe técnica da contratada, com a finalidade de alinhar:

- a) locais de implantação;
- b) cronograma de mobilização e instalação;
- c) logística terrestre e marítima;
- d) sequência de montagem;
- e) horários preferenciais de execução;
- f) medidas de segurança e sinalização;
- g) rotinas de manutenção e higienização;
- h) forma de comunicação entre as partes;
- i) documentação mínima para medição e pagamento;
- j) responsabilidades da contratada e da Administração.

O resultado da reunião poderá ser registrado em ata ou relatório simplificado.

6.7. Ordens de Serviço

A execução do objeto será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, contendo, no mínimo:

- a) identificação do contrato;
- b) local ou locais de execução;
- c) itens a serem disponibilizados;
- d) prazo de implantação;
- e) orientações específicas de montagem, instalação ou posicionamento;
- f) nome do gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento;
- g) eventuais condicionantes operacionais ou logísticas.

A Administração poderá emitir Ordens de Serviço específicas para instalação inicial, ajustes, substituições relevantes, reforços estruturais, remanejamentos e desmobilização final.

6.8. Instrumentos de acompanhamento e controle

A fiscalização poderá utilizar, entre outros, os seguintes instrumentos de acompanhamento:

- a) relatórios de instalação;
- b) registros fotográficos antes e depois da montagem;
- c) checklist de recebimento provisório;
- d) relatórios mensais de manutenção preventiva;
- e) registros de manutenção corretiva;
- f) registros de higienização dos módulos sanitários;
- g) registros de substituição de itens;
- h) notificações formais;
- i) relatórios de não conformidade;
- j) termo de recebimento provisório e definitivo, quando aplicável;
- k) atesto mensal para fins de pagamento.

A Administração deverá manter controle periódico dos riscos identificados durante a execução, adotando medidas de prevenção, mitigação ou correção sempre que houver possibilidade de prejuízo ao atendimento, à segurança dos usuários, à continuidade do serviço ou à eficiência da contratação. As boas práticas da SEGES/MGI recomendam que o controle de riscos integre a gestão e a fiscalização da execução contratual.

6.9. Recebimento provisório e definitivo



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

Concluída a instalação inicial dos itens, a fiscalização realizará o recebimento provisório da infraestrutura, verificando a conformidade mínima da solução com o Termo de Referência, o contrato e a Ordem de Serviço.

O recebimento provisório não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, defeitos, instabilidade, mau funcionamento, inadequação técnica ou desconformidades verificadas posteriormente.

O recebimento definitivo, quando aplicável, ocorrerá após a verificação da correção de eventuais pendências e da adequação dos itens à finalidade contratada.

Durante a vigência contratual, cada medição mensal deverá ser precedida de verificação da disponibilidade e funcionalidade da solução no período correspondente.

6.10. Tratamento de não conformidades

Identificada qualquer não conformidade, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e comunicar a contratada para adoção das providências cabíveis.

Consideram-se não conformidades, entre outras:

- a) ausência de item contratado;
- b) item instalado em quantidade inferior à prevista;
- c) item com especificação inferior à exigida;
- d) estrutura instável, insegura ou inadequada;
- e) climatizador sem funcionamento ou com desempenho incompatível;
- f) módulo sanitário, sem funcionamento, com vazamento, entupimento ou falha de climatização;
- g) atraso na manutenção preventiva ou corretiva;
- h) não substituição de item defeituoso no prazo contratual;
- i) instalação em desacordo com orientação da Administração;
- j) desmobilização incompleta ou com dano ao espaço público;
- k) descumprimento de orientação formal da fiscalização.

A depender da gravidade, a Administração poderá determinar correção imediata, substituição do item, suspensão de uso, glosa proporcional do pagamento, abertura de processo sancionatório ou outras providências previstas em contrato.

6.11. Glosas e retenções

A fiscalização poderá propor glosa proporcional quando houver indisponibilidade, execução parcial, atraso, ausência de manutenção, falha de higienização, desconformidade técnica ou qualquer descumprimento que comprometa a adequada prestação do serviço.

A glosa deverá observar a extensão da falha, o período de indisponibilidade, a relevância do item afetado e o impacto sobre a finalidade pública da contratação.

A aplicação de glosa não impede a adoção de sanções administrativas, quando configurada infração contratual.

6.12. Atesto para pagamento

O pagamento somente deverá ser autorizado após manifestação do fiscal e/ou gestor do contrato quanto à regular execução do objeto no período correspondente.

Para fins de atesto, poderão ser exigidos:

- a) relatório mensal de execução;
- b) relatório de manutenção preventiva;
- c) registros de manutenção corretiva;
- d) registros de higienização dos módulos sanitários;
- e) registros fotográficos, quando necessários;
- f) comprovação de substituição de itens, quando ocorrida;
- g) nota fiscal correspondente ao período de medição;
- h) declaração de regularidade dos itens instalados, quando solicitada.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

O atesto deverá considerar não apenas a permanência física dos itens no local, mas a sua efetiva disponibilidade funcional, conservação, segurança, higiene e adequação ao uso.

6.13. Gestão de riscos durante a execução

A Administração deverá monitorar os riscos relevantes da contratação durante a execução, especialmente:

- a) atraso na implantação inicial;
- b) falhas de transporte terrestre ou marítimo;
- c) danos decorrentes de intempéries;
- d) indisponibilidade de módulos sanitários;
- e) falha de climatizadores em períodos de maior fluxo;
- f) instabilidade de toldos, tendas ou estruturas de cobertura;
- g) inadequação do módulo operacional de Gamboa;
- h) impacto no fluxo de usuários durante montagem ou manutenção;
- i) descumprimento dos prazos de manutenção e substituição;
- j) prejuízo à segurança, salubridade ou continuidade do atendimento.

Quando identificado risco relevante, o gestor deverá adotar ou propor medidas mitigadoras, como reprogramação de montagem, reforço de manutenção, solicitação de substituição preventiva, alteração de posicionamento, isolamento temporário de área, reforço de higienização ou notificação formal da contratada.

6.14. Comunicação e formalização dos atos

As comunicações entre Administração e contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio formal, admitindo-se comunicação eletrônica, desde que seja possível comprovar o envio, o recebimento e o teor da mensagem.

Situações urgentes poderão ser comunicadas por telefone ou aplicativo de mensagem, sem prejuízo de posterior formalização por e-mail, despacho, relatório ou registro próprio.

As notificações de descumprimento deverão indicar, sempre que possível:

- a) a falha verificada;
- b) o local da ocorrência;
- c) o item afetado;
- d) o prazo para correção;
- e) a consequência em caso de não atendimento;
- f) o registro fotográfico ou documental, quando existente.

6.15. Aplicação de sanções

A constatação de descumprimento contratual poderá ensejar a adoção das providências previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A abertura de procedimento sancionatório deverá ser precedida de registro da ocorrência, manifestação da fiscalização e avaliação do gestor do contrato quanto à gravidade da conduta, reincidência, dano causado à Administração, impacto sobre o atendimento ao público e medidas corretivas adotadas pela contratada.

A aplicação de sanções deverá observar proporcionalidade, motivação e adequação entre a conduta praticada e a penalidade proposta.

6.16. Alterações, prorrogações e encerramento

Eventuais prorrogações, alterações quantitativas ou qualitativas, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimos, supressões, substituições relevantes ou encerramento antecipado deverão ser formalmente instruídos pelo gestor do contrato, com manifestação técnica da fiscalização quando necessário.

A prorrogação contratual, caso admitida no edital e no contrato, deverá ser precedida de avaliação quanto à permanência da necessidade pública, vantajosidade da continuidade, regularidade da execução, disponibilidade orçamentária e inexistência de falhas relevantes não saneadas.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

Ao final da execução, deverá ser verificada a completa desmobilização dos itens, a retirada de resíduos, a inexistência de danos ao espaço público e o cumprimento das obrigações finais da contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

O pagamento será realizado em parcelas mensais, condicionado à efetiva disponibilização funcional da solução contratada, conforme medição realizada pela fiscalização e atesto do gestor ou fiscal do contrato.

Para fins deste Termo de Referência, considera-se disponibilização funcional a manutenção dos itens locados em condições adequadas de uso, funcionamento, segurança, higiene, conservação e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

A medição terá como referência o valor mensal contratado para cada grupo de itens, devendo contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento, transporte, logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção, higienização, substituição, desinstalação e desmobilização final.

7.1. Periodicidade da medição

A medição será realizada mensalmente, considerando o período efetivamente executado.

Nos casos de início, interrupção, suspensão, implantação parcial ou encerramento em período inferior a 30 dias, o pagamento será proporcional ao tempo de efetiva disponibilização funcional dos itens.

A proporcionalidade poderá observar a seguinte fórmula:

$$\text{Valor devido} = \text{valor mensal do item} \div \text{número de dias do mês} \times \text{número de dias de efetiva disponibilização funcional.}$$

7.2. Condições para pagamento

O pagamento ficará condicionado:

- a) ao recebimento provisório ou definitivo dos itens instalados, conforme o caso;
- b) à comprovação da efetiva disponibilização dos itens no período medido;
- c) ao funcionamento adequado dos equipamentos e estruturas;
- d) à manutenção das condições de segurança, higiene e conservação;
- e) ao atesto da fiscalização contratual;
- f) à apresentação da nota fiscal e demais documentos exigidos pela Administração;
- g) à manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas no contrato.

Não será admitido pagamento por item não entregue, não instalado, não funcional, não aceito pela fiscalização ou executado em desconformidade com o Termo de Referência.

7.3. Documentos para medição

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar:

- a) nota fiscal ou documento de cobrança equivalente;
- b) relatório mensal simplificado de execução;
- c) relação dos itens disponibilizados no período;
- d) registros de manutenção preventiva e corretiva, quando houver;
- e) registros de substituição de itens, quando houver;
- f) outros documentos solicitados pela fiscalização, desde que relacionados à comprovação da execução contratual.

A ausência de documentos indispensáveis à comprovação da execução poderá suspender a liquidação da despesa até o saneamento da pendência.

7.4. Forma de pagamento



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- a) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- e) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Hipóteses de glosa

A Administração poderá realizar glosa proporcional do pagamento quando constatada execução parcial, inadequada ou desconforme, especialmente nas seguintes hipóteses:

- a) ausência de item contratado;
- b) disponibilização em quantidade inferior à contratada;
- c) item instalado com especificação inferior à exigida;
- d) item instalado, porém sem condições adequadas de uso;
- e) equipamento inoperante ou com funcionamento inadequado;
- f) módulo sanitário sem condições de higiene, salubridade ou funcionamento;
- g) estrutura instável, danificada ou insegura;
- h) atraso injustificado na instalação, manutenção ou substituição de item;
- i) não realização de manutenção preventiva ou corretiva exigida;
- j) descumprimento de determinação formal da fiscalização.

A glosa deverá ser proporcional ao valor do item afetado, ao período de indisponibilidade e ao impacto da falha sobre a finalidade da contratação, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas quando cabíveis.

7.6. Parcela incontroversa

Havendo controvérsia sobre parte da execução contratual, a Administração poderá reter ou glosar apenas a parcela controvertida, devendo liberar a parcela incontroversa regularmente atestada.

7.7. Liquidação e pagamento

Após o recebimento da nota fiscal e dos documentos de medição, a fiscalização verificará a conformidade da execução, registrará eventuais ocorrências e encaminhará o processo para liquidação e pagamento.

Os prazos de liquidação e pagamento observarão a regulamentação municipal aplicável e as disposições do edital e do contrato.

Caso sejam identificadas inconsistências na nota fiscal, nos documentos apresentados ou na execução do objeto, o prazo para liquidação ficará suspenso até a regularização da pendência pela contratada.

7.8. Vedação ao pagamento antecipado

Não será admitido pagamento antecipado, salvo hipótese excepcional devidamente justificada pela Administração, observada a legislação aplicável e exigidas as garantias necessárias à proteção do interesse público.

7.9. Encargos incluídos no preço

Os preços contratados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, inclusive transporte, carga, descarga, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens, mão de obra, equipamentos, materiais, tributos, encargos, seguros, administração, lucro e desmobilização final.

Não será admitida cobrança adicional por custos ordinários inerentes à execução do objeto.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

A seleção do fornecedor deverá ser realizada mediante **procedimento licitatório**, preferencialmente na modalidade **pregão, em sua forma eletrônica**, por se tratar de contratação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, por meio de especificações usuais de mercado.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o pregão é modalidade obrigatória para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, podendo ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

8.1. Critério de julgamento

O critério de julgamento deverá ser o de **menor preço**, observados os parâmetros mínimos de qualidade, desempenho, segurança, manutenção e funcionalidade estabelecidos neste Termo de Referência.

Considerando que a contratação envolve solução integrada, com fornecimento, locação, transporte, montagem, manutenção, higienização, substituição e desmobilização dos itens, recomenda-se que o julgamento seja realizado pelo **menor preço global do grupo**, caso a Administração confirme, no item próprio de parcelamento, que a execução integrada é tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa.

O julgamento por menor preço deverá considerar o menor dispêndio para a Administração, desde que atendidos todos os requisitos técnicos mínimos previstos no edital. A Lei nº 14.133/2021 admite o julgamento por menor preço e determina que sejam observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

8.2. Modo de disputa

O modo de disputa deverá ser **aberto** ou **aberto e fechado**, conforme definido no edital.

Não se recomenda a adoção do modo de disputa exclusivamente fechado, tendo em vista que a Lei nº 14.133/2021 veda a utilização isolada do modo fechado quando adotado o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

8.3. Regime de execução contratual

A contratação será executada como **serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra**, com disponibilização de bens em regime de locação e prestação de serviços acessórios indispensáveis à funcionalidade da solução.

Pela natureza integrada do objeto, a contratação também se aproxima do regime de **fornecimento e prestação de serviço associado**, considerando que, além da disponibilização dos bens, a contratada ficará responsável por sua manutenção, conservação, substituição e disponibilidade funcional durante o período contratual. A Lei nº 14.133/2021 define esse regime como aquele em que, além do fornecimento do objeto, o contratado se responsabiliza por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

8.4. Aceitabilidade da proposta

A proposta será considerada aceitável quando atender simultaneamente aos seguintes requisitos:

- a) contemplar todos os itens, quantidades e especificações mínimas previstas neste Termo de Referência;
- b) apresentar preço compatível com o valor estimado da contratação e com os preços praticados no mercado;
- c) discriminar os valores unitários mensais e o valor global mensal da solução;
- d) incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto;
- e) considerar transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção, higienização, substituição e desmobilização final;
- f) observar os prazos de mobilização, implantação, manutenção e substituição previstos neste Termo de Referência;
- g) não apresentar condicionantes incompatíveis com o edital ou que transfiram à Administração custos ordinários de responsabilidade da contratada.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

Poderá ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogos, fichas técnicas, fotografias, memoriais descritivos, declarações de disponibilidade ou outros documentos idôneos que comprovem a compatibilidade dos itens ofertados com as especificações mínimas do Termo de Referência.

Não será admitida, após a abertura da sessão pública, alteração substancial da proposta ou substituição do objeto ofertado, ressalvado o saneamento de falhas meramente formais, nos limites admitidos pela legislação e pelo edital.

8.5. Critérios de desclassificação da proposta

Deverá ser desclassificada a proposta que:

- a) não atender às especificações técnicas mínimas do objeto;
- b) deixar de contemplar item essencial da solução integrada;
- c) apresentar preço manifestamente inexequível, quando não demonstrada sua viabilidade;
- d) apresentar preço acima do valor estimado, se não houver redução após negociação;
- e) condicionar a execução a obrigações não previstas no edital;
- f) excluir custos ordinários indispensáveis à execução do objeto;
- g) apresentar solução incompatível com os locais de execução, com a logística insular ou com a finalidade pública da contratação;
- h) não comprovar, quando solicitado, a compatibilidade técnica dos itens ofertados.

8.6. Habilitação Jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.7. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- j) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência;

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- h) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato.
- i) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

8.9. Qualificação Técnica

A qualificação técnica da licitante deverá ser comprovada mediante documentação compatível com a natureza do objeto, observadas a proporcionalidade, a competitividade e a pertinência das exigências com a execução da solução integrada pretendida.

8.9.1. Atestado de capacidade técnica

A licitante deverá apresentar **um ou mais atestados de capacidade técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem experiência anterior em serviços semelhantes ao objeto da contratação.

Os atestados poderão comprovar experiência em locação, fornecimento, montagem, instalação, manutenção ou desmobilização de estruturas temporárias, tendas, toldos, coberturas, módulos sanitários climatizados hidráulico, climatizadores, módulos operacionais, contêineres adaptados ou soluções similares.

Não será exigida comprovação de execução anterior idêntica a todos os itens que compõem a contratação, sendo suficiente que os documentos apresentados demonstrem capacidade operacional compatível com a execução do



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

objeto.

8.9.2. Responsável técnico para o toldo com estrutura metálica

Considerando que o objeto contempla a montagem e instalação de **toldo com estrutura metálica**, com dimensões aproximadas de **30 m x 7 m**, composto por pilares, tubos galvanizados, treliças, cobertura em lona e elementos de fixação, a contratada deverá contar com **responsável técnico legalmente habilitado** para acompanhar essa etapa da execução.

O responsável técnico deverá possuir **registro regular** no respectivo **conselho profissional competente** e atribuição compatível com a atividade de montagem, instalação, verificação de estabilidade, segurança e desmontagem da estrutura metálica de cobertura.

A licitante deverá comprovar que o responsável técnico indicado possui **experiência anterior compatível com a atividade de montagem, instalação, acompanhamento técnico, estabilidade ou segurança de estruturas metálicas, coberturas, toldos, tendas estruturadas, pavilhões temporários ou estruturas equivalentes**.

Essa comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de **Certidão de Acervo Técnico — CAT** ou documento equivalente emitido ou reconhecido pelo conselho profissional competente, conforme a natureza da habilitação do profissional indicado.

Poderá ser indicado **engenheiro, arquiteto e urbanista ou outro profissional legalmente habilitado, desde que possua atribuição profissional** compatível com a atividade técnica a ser executada.

Não deverá ser exigida formação profissional exclusiva, devendo prevalecer a comprovação da atribuição técnica compatível.

8.9.3. ART, RRT ou documento equivalente

A contratada deverá apresentar, **antes do início da montagem do toldo com estrutura metálica**, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, Registro de Responsabilidade Técnica — RRT**, ou documento equivalente admitido pelo conselho profissional competente.

A ART, RRT ou documento equivalente deverá contemplar a atividade técnica relacionada à montagem, instalação, estabilidade, segurança e desmontagem da estrutura.

O documento deverá identificar o responsável técnico, o local de execução, o objeto técnico sob responsabilidade profissional e sua vinculação à contratação ou à respectiva Ordem de Serviço.

A montagem do toldo somente poderá ser iniciada após a apresentação do referido documento à fiscalização contratual.

8.9.4. Estrutura operacional da licitante

A licitante deverá apresentar **declaração** de que dispõe, ou disporá no momento da execução contratual, de equipe, equipamentos, ferramentas, meios de transporte e aparelhamento adequados para execução do objeto.

8.9.5. Conhecimento das condições locais

A licitante deverá apresentar **declaração** de conhecimento das condições locais de execução, especialmente quanto ao contexto insular do Município de Cairu, eventual necessidade de logística marítima, limitações de acesso, carga e descarga, exposição à maresia, condições climáticas e circulação de usuários em área pública de interesse turístico.

8.10. Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, tais como transporte, logística marítima, montagem, manutenção, higienização ou apoio técnico especializado, desde que prevista no edital e previamente autorizada pela Administração.

A subcontratação não afastará a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pela segurança das estruturas, pelo cumprimento dos prazos e pela disponibilidade funcional da solução.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

Não será admitida subcontratação integral do objeto.

8.11. Negociação

Após a fase de lances, a Administração poderá negociar com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com a finalidade de obter proposta mais vantajosa.

A negociação não poderá alterar a essência da proposta, reduzir as obrigações técnicas da contratada, afastar especificações mínimas, modificar o objeto ou criar tratamento desigual entre os licitantes.

9. DA ESTIMATIVA DE VALOR (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

O valor estimado da contratação foi definido com base no **Relatório de Pesquisa de Preço de Mercado nº 041/2026** e no respectivo mapa comparativo de preços, documentos que instruem o processo administrativo e apresentam os valores referenciais apurados para a contratação da solução integrada de infraestrutura de apoio à cobrança da TUPA.

Conforme apurado na pesquisa de preços, o **valor mensal estimado da contratação** corresponde a **R\$ 48.756,22 (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos)**.

Considerando o prazo inicial de vigência de **12 meses**, o **valor global anual estimado da contratação** corresponde a **R\$ 585.074,64 (quinhentos e oitenta e cinco mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme detalhamento abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
1	Pedestal organizador de fila + Cordão para isolamento de fila (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	50	R\$ 25,33	R\$ 1.266,50
2	Climatizador de ar tipo turbo (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	04	R\$ 814,00	R\$ 3.256,00
3	Módulo de banheiro hidráulico climatizado (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	02	R\$ 8.886,00	R\$ 17.772,00
4	Toldo com estrutura metálica, dimensões aproximadas de 30 m x 7 m (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 18.750,00	R\$ 18.750,00
5	Tenda piramidal 8 m x 4 m completa, com lona e estrutura galvanizada (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 4.170,05	R\$ 4.170,05
6	Módulo operacional modular ou contêiner adaptado, dimensões aproximadas de 6 m x 3 m, área aproximada de 18 m² (<u>especificações constantes no item 1.1.1</u>)	Unidade	01	R\$ 3.541,67	R\$ 3.541,67
TOTAL GERAL (R\$)					R\$ 48.756,22

O valor estimado abrange todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento, transporte, inclusive logística marítima quando necessária, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização, substituição de itens defeituosos ou inadequados, desinstalação e desmobilização final das estruturas disponibilizadas, conforme escopo definido neste Termo de Referência e nos documentos de planejamento da contratação.

Prefeitura de Cairu

Praça Manuel Veiga Peleteiro, nº 03 – Complexo Administrativo Raul Figueiredo Miranda,
1º andar – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br Email: seduc@cairu.ba.gov.br
CNPJ: 14.235.907/0001-44 - Telefone: (75) 99838-8985 / 99830-0747



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA ESPECIAL DE MORRO DE SÃO PAULO

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório pertinente em todos os seus termos e à proposta do contratante, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.

10.2. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Termo serão avaliados e resolvidos pela Prefeitura Municipal de Cairu - Bahia, por intermédio do seu Departamento Jurídico.

10.3. Prefeitura Municipal poderá realizar visita exclusivamente no endereço da sede da empresa vencedora após o certame, para confirmação de funcionamento ("PORTAS ABERTAS"), condição essencial para homologação e contratação.

10.4. Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA
10/01	500/753/501	2.009	33.90.39.00.00.000
15/01	500/753/501	2.009	33.90.39.00.00.000

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

12.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo Senhor Marcel Adauto Bomfim Assis, integrante do Núcleo de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cairu – Ba.

13. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

13.1. O presente estudo técnico preliminar foi submetido à apreciação e aprovado pelo Secretário Municipal de Morro de São Paulo, o Senhor Eloi Alves Borges Neto.

Cairu Bahia, 03 de junho de 2026.

Eloi Alves Borges Neto
Secretaria Especial de Morro de São Paulo